

**“ARES DO MUNDO” E MEDITAÇÕES SOBRE CENTROS
DE DECISÕES NACIONAIS:
o valor heurístico da “obra autobiográfica de Celso Furtado”¹**

**“WORLDWIDE EXPERIENCE” AND MEDITATIONS
ON NATIONAL DECISION CENTERS:
*the heuristic value of “Celso Furtado’s autobiographical work”***

Afrânio Raul Garcia Jr*

Resumo

Este artigo estuda as publicações reunidas e editadas como *Obra autobiográfica de Celso Furtado* pela editora Paz e Terra (1997), para compreender melhor não só o itinerário social e intelectual desse autor, como sua contribuição à “formação da economia brasileira” e para a diversificação do campo do poder no Brasil. O material estudado são os escritos que foram editados como testemunhos autobiográficos contrapostos aos seus próprios livros como economista. O argumento central é que, não sendo originário de frações dominantes das “elites do poder”, a autobiografia serve de rico instrumento para enxergar melhor as razões sociais do impulso para posições a que não estava predestinado, tanto quanto os bloqueios enfrentados por seus projetos, ou mesmo sua derrocada com o golpe de 1964, que o obrigaram a repensar seus passos e os universos em que continuaria a viver e trabalhar. De maneira mais geral, possibilita se interrogar sobre a pertinência de se apoiar sobre depoimentos pessoais de escritores, como é comum em “histórias de vida”, de largo uso em Antropologia Social e em Sociologia, para entender as circunstâncias que contribuíram a moldar ou facilitar a expressão do próprio pensamento.

Palavras-chave: Celso Furtado. Economia internacional. Autobiografia.

Abstract

Celso Furtado was born in the *sertão* of Paraíba on 26/07/1920 and was one of the most original and creative Latin American intellectuals in the twentieth century. This article studies

1 Versão original deste texto foi apresentada em Buenos Aires em novembro de 2011 e em São Paulo em junho de 2012 graças à rede formada no projeto “História dos intelectuais na América Latina”. Agradeço aos comentários dos debatedores Ângela Alonso e Sérgio Miceli, assim como dos demais participantes desses dois seminários.

* Doutor em Antropologia Social (CESSP/EHESS). E-mail: afrânio-raul.garcia@ehess.fr

the publications collected and published as the “Autobiographical work of Celso Furtado” by Paz e Terra (1997), to better understand not just the social and intellectual itinerary of this author, but also his contribution to the “formation of the Brazilian economy” and to the diversification of the field of power in Brazil. The material studied is the writings published as autobiographic testimonials, contrasted with his own books as an economist. The central argument is that, not coming from the dominant factions of the ‘elites of power,’ the autobiography serves as a rich instrument to better see the social reasons behind his impulse to positions which were not predestined for him, as well as the blockages faced by his projects, or even his defeat with the 1964 coup, which obliged him to rethink his steps and the universes in which he continued to live and work. In a more general manner, it allows an interrogation of the relevance of drawing support from the personal statements of writers, as is common in ‘life histories’ widely used in Social Anthropology and Sociology, to understand the circumstances which help to mold or facilitate the expression of thought.

Keywords: Celso Furtado. Internacional economy. Autobiography.

Que ensinamentos e informações válidas para as ciências sociais é possível extrair de depoimentos pessoais publicados pelos escritores sobre as circunstâncias que contribuíram para moldar, ou facilitar, a expressão de seu próprio pensamento? Essa interrogação sobre o valor de testemunhos para reconstruções de processos históricos e elaboração do pensamento foi objeto das entrevistas com seletos grupos de economistas brasileiros, que figuraram como ministros ou cargos de alto escalão entre os anos 1960 - 1990 (cf. BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996). No prefácio da obra, Pedro Malan, então ministro da Fazenda a gerir o êxito da estabilização monetária proporcionada pelo plano Real, nem hesita em ressaltar que o projeto da obra se inspirou no *Conversations with Economists* de Arjo Klaimer (1983), assim como nas histórias de sucesso do *Lives of the Laureates: thirteen Nobel Economists*, de William Breit e Roger Spencer (1997).

O livro que o autor tem em mãos constitui uma síntese dessas duas abordagens [...] O conjunto das entrevistas constitui importante leitura e inestimável contribuição para uma radiografia, não só do processo de formação da profissão no Brasil na segunda metade do século XX, como também da situação em que se encontra a profissão, hoje, no país (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996, p. 8).

Afeitos a métodos matemáticos e estatísticos de exposição do próprio pensamento, a maior parte dos treze entrevistados sublinha sua concordância com o relato na primeira pessoa do singular como via de acesso privilegiada à explicitação dos modos de formação do próprio pensamento. Entre os entrevistados figura Celso Furtado, apreciado pelos demais como figura emblemática da originalidade da ciência econômica no Brasil, embora a maioria seja adversária de suas concepções em economia. Sem dúvida, tal publicação fornece dados seguros para a objetivação do “campo dos economistas” no Brasil, emprestando à noção de campo o significado

a ela atribuído por Pierre Bourdieu (1997)². O objetivo deste artigo é mais modesto, buscando estudar a “obra autobiográfica de Celso Furtado”, editada como tal pela Paz e Terra em 1997, como fonte de dados e pistas de explicações de ordem mais geral, permitindo compreender o percurso social e intelectual desse autor e as origens de novidades teóricas que contribuiu para afirmar. Pretende ainda contribuir para o conhecimento do processo de autonomização do “campo dos economistas no Brasil”, a partir da carreira de um dos seus protagonistas, explorando a questão dos modos de acesso ao conhecimento internacional, a que tenho me dedicado juntamente com ampla rede de cientistas sociais no Brasil e na França (cf. CANÊDO; TOMIZAKI; GARCIA JR., 2013). Entre as singularidades dos livros publicados por Furtado como “memórias” está o fato de iniciar seu relato ressaltando o impacto que lhe causou presenciar a Europa arrasada pela Segunda Guerra, na condição de oficial da Força Expedicionária Brasileira. A necessidade de reconstrução do parque industrial europeu, bem como das redes de comércio e finanças internacionais, parece servir de contraponto e de matriz para a elaboração, bem mais adiante em seu percurso, de modelos sobre as economias subdesenvolvidas e a identificação de modos de superar os impasses que as condenam à estagnação e à pobreza. A forma e as datas dos relatos parecem ser tão significativas quanto seu conteúdo; assim, as explicações fornecidas pelos depoimentos, editados em anos diferentes, serão aqui confrontadas às condições de sua efetivação, bem como às edições dos livros sobre a economia do desenvolvimento/subdesenvolvimento deste autor, e aos estudos em paralelo da literatura especializada, particularmente a voltada para a “história das ideias”. Cremos que a leitura da “obra autobiográfica” permite melhor entender a sequência de sua obra como economista e as controvérsias intelectuais e políticas em que esteve envolvido. Ela agrega um valor heurístico ao entendimento dos escritos de um autor: a melhor compreensão da evolução do próprio pensamento pela explicitação dos desafios aos quais se viu confrontado.

Note-se que para qualquer leitor habituado ao estilo cerrado do economista Celso Furtado, no tratamento de lógicas complexas como as que identificam e explicam os obstáculos à industrialização dos países da América Latina e à distribuição da renda que poderia proporcionar, bem como seus vínculos com a concentração do poder de decisão sobre o futuro econômico em mãos dos países centrais, localizados no hemisfério norte, e a falta de meios intelectuais e políticos para agir de maneira equivalente nos países periféricos, como os da América Latina, ou de ex-colônias europeias da África e da Ásia, a citação explicativa do título do livro, “Fantasia Organizada”, com que inicia o ciclo voltado para suas memórias, não deixa de ser surpreendente: “Ne sommes-nous pas une fantaisie organisée? une incohérence qui fonctionne, et un désordre qui agit?” Paul Valéry – *L'âme et la danse* (apud FURTADO, 1985, p. 7).

Essa referência a processos irracionais, ininteligíveis ou misteriosos, não parece estar voltada para o mundo da economia, ou mesmo da política, seus objetos

2 Excelentes análises sobre a gênese do “campo dos economistas” brasileiro, nesse período, são apresentadas por Maria Rita Loureiro (1997) e por Yves Dezalay e Bryan Garth (2002).

de predileção, sempre examinados por meio dos métodos e instrumentos conceituais inventados pelas ciências sociais, especialmente pelas ciências econômicas. Creio que permite advertir o leitor que quem vai contar os fatos na primeira pessoa do singular, apresentar seu “testemunho”, como anuncia a capa da primeira edição, por mais lúcido que tenha tentado ser, foi surpreendido várias vezes com o rumo dos acontecimentos, que ora abriu portas que o impulsionaram para posições a que não estava predestinado, ora permitiu nutrir esperanças em melhoras coletivas ou individuais que não se confirmaram. Foi obrigado seguidamente a repensar a direção de seus próprios passos, literalmente de seu lugar no mundo, a redimensionar sua carreira profissional e intelectual, mas sobretudo rever os lugares onde iria viver e continuar a pesquisar e escrever suas reflexões. Descreve muitos projetos realizados individualmente, ou nos quais esteve envolvido, quando coletivos, detalha sua ação como criador do Ministério do Planejamento no Brasil, mas pode-se ver claramente como projetos individuais e coletivos, que antecipam cenários e fatos, apoiam-se em pressupostos, desconhecem restrições objetivas que se revelam incontornáveis, informam ações individuais e coletivas que acarretam resultados bem diferentes dos antecipados conscientemente e, sobretudo, frequentemente suscitam resultados indesejados e adversos. A forma mesma do relato autobiográfico é significativa, a meus olhos, de alguém que se volta sobre seu itinerário para encontrar alguma lógica em uma sucessão de surpresas e reviravoltas, examinando a coerência do destino de sua carreira intelectual. Difere profundamente de narrativas em que o autor se diz sentir desde a mais tenra idade em condições de atingir as mais altas posições de círculos dirigentes nacionais e internacionais. Pela forma do relato, percebe-se que não se trata de simples herdeiro que assume a sucessão de seus ancestrais para posições já dadas em círculos dirigentes.

Seguidas vezes, em seus escritos, Celso Furtado faz uso ainda da metáfora “os ares do mundo”, extraída de verso do poeta Juan Ramon Jiménez, “corazon, cabeza, en el aire del mundo” (apud FURTADO, 1991, p. 9). Sem dúvida alguma, enfatiza a vivência em centros cosmopolitas, ou para além das fronteiras do território nacional, como fundamental para conquistar o lugar que almejava, fosse como autor de livros de economia ou como dirigente político voltado para provocar profundas transformações sociais. Se, em sua carreira, projetou-se como liderança política vinculada ao Nordeste e à reversão do declínio desta região, suas memórias acentuam as bases propriamente internacionais de seu pensamento, de quem, desde jovem, se aventurou a respirar “os ares do mundo”. De fato, nascido em Pombal, em 1920, no sertão da Paraíba, nada parecia o predispor a se tornar, aos trinta e poucos anos, um dos economistas mais influentes em toda a América Latina, como braço direito de Raúl Prebisch na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas (Cepal/ONU), detentor de doutorado em economia, obtido na França, e redator do relatório de grupo misto Cepal/BNDE, que serviria de base para o “plano de metas” posto em prática pelo presidente Juscelino Kubistcheck com o intuito de provocar “cinquenta anos de desenvolvimento no Brasil em cinco”. Brasília, construída em área virgem, nos mesmos cinco anos (1955-60), é apenas uma das metas a revelar o voluntarismo do período.

Celso Furtado provinha de alta origem social, pois descendia de magistrados em linhagem paterna, por três gerações, e de proprietários de terra em linhagem materna. Mas sua origem geográfica reduz consideravelmente o capital social

implicado na variável anterior; nasce em uma época em que o declínio da importância política e econômica do Nordeste é patente (cf. LEVINE, 1980), em região semiárida marcada pela periodicidade das secas, onde a riqueza com agricultura do algodão, consorciada à pecuária, nunca se equiparou ao padrão de vida dos senhores do açúcar da Zona da Mata litorânea (cf. ANDRADE, 1998). Por outro lado, a “Paraíba pequenina e boa” nunca desfrutou da posição de destaque na Federação brasileira conferida aos estados de Pernambuco e de Bahia, líderes do Nordeste (cf. LEWIN, 1993). Como exploraremos adiante, sua narrativa deixa claro que não acedeu a postos de primeiro plano no cenário internacional e nacional mediante a proteção política de elites tradicionais daquela região, mas, sim, por tecer novas redes de intervenção pública relacionadas ao exercício da economia como competência renovadora de círculos dirigentes. Por outro lado, sua inscrição profissional em universidades apenas se realiza durante o exílio, o início da carreira sendo voltado para organismos da burocracia internacional e nacional, como a Cepal/ONU, o BNDE e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Os desafios intelectuais que enfrentou, sobretudo no período 1948-1964, tiveram por origem tanto a ação política imediata, embora afastada de disputas eleitorais, quanto debates propriamente acadêmicos sobre modelos conceituais.

Recato ao evocar o universo familiar e social de origem

O primeiro dos livros de memórias, editado em 1985, focaliza, desde a primeira página, a situação da Europa devastada no pós-guerra, marcada pelos primeiros sinais do que se tornará conhecido como “guerra fria”, onde a virulenta competição entre as grandes potências implicava também a necessidade de reconstrução das economias nacionais e do comércio, e das finanças internacionais. Verdade que 1985 foi o ano de transição do regime militar para Estado de direito, onde novos ventos sopravam, e o deslocamento da França para o Brasil se viu associado a recrutamento ao posto de Embaixador e de Ministro da Cultura. Celso Furtado fora à Europa em 1945, como oficial militar de tropas brasileiras combatendo ao lado dos Aliados, e retornou em seguida como jornalista para “observar de perto o drama europeu”, convicto que assim teria acesso ao palco central onde se decidia o espaço de poder em escala planetária: “o mundo de minha geração seria moldado pelas forças que viessem a prevalecer no processo de reconstrução da Europa, em particular da Europa ocidental” (FURTADO, 1985, p. 14). Como objetivo apresentado como secundário tentava se inscrever em doutorados voltados para economia, particularmente economia internacional. Diante de dificuldades para aceder às universidades inglesas, ou de pretender observar o planejamento soviético *in loco*, acata conselho do economista Maurice Byé, que se exilara no Brasil durante a ocupação da França pela Alemanha, inscrevendo-se no doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Paris e no prestigioso Instituto de Estudos Políticos (IEP), conhecido por *Science Po*. Foram, sem dúvida, as competências e títulos adquiridos desta forma que mudaram suas oportunidades de acesso aos círculos dirigentes internacionais, nacionais e mesmo de seu Nordeste natal. Sua

reconversão como economista teve, nas estadias europeias entre 1945 e 1948, um de seus momentos decisivos; a seus olhos ao menos foram tão importantes que o levaram a contrariar a ordem cronológica habitual desse gênero literário, sugerindo a infância e o ambiente familiar como capítulos iniciais. De fato, os dados sobre família, infância e adolescência apenas são explicitados em artigos e não nos livros, em textos destinados ao público internacional interessado em economistas dispendo de notoriedade.

Em artigo publicado em revista editada pela Unesco, em Paris, em 1973, intitulado “Autorretrato intelectual”, incluído posteriormente nas edições intituladas *Obra autobiográfica de Celso Furtado* (1997), este autor trata de sua infância e adolescência, assunto totalmente ausente das duas “*Fantasia*” posteriores. O universo descrito é “marcado pela incerteza e pela brutalidade”, conduzindo os indivíduos a se afirmarem escapando “para o sobrenatural. Os grandes milagreiros existiam não somente como legenda, mas também como presença”. Menciona o Padre Cícero do sertão do Ceará, área próxima de sua região, mas sobretudo o fascínio que havia inspirado João Pessoa, antes mesmo de ter sido assassinado no cargo de governador, e na condição de candidato à vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, o que provocou comoção pública e contribuiu para que o levante vitorioso em 1930 mobilizasse uma indignação moral forte:

Dirigindo-se ao povo como se fora seu protetor e passando por cima de todos os formalismos legais, consegui ele mobilizar a população de forma só comparável aos movimentos religiosos. Eu ouvia crédulo, das domésticas de minha casa, as histórias desse homem que se disfarçava “numa pessoa qualquer” para praticar o bem nos bairros mais humildes. O assassinio brutal desse homem (exatamente no dia que completava meus dez anos [o dia referido é 26/07/1930]) provocou uma tal angústia coletiva que ainda hoje não posso recordar sem emocionarme. (FURTADO, 1983, p. 31).

Mais adiante dessa explícita referência a suas emoções, fato raro em sua narrativa, resume o significado dessa configuração social particular para sua própria formação intelectual, como descendente do patriciado:

[...] a formação intelectual num pequeno mundo provinciano como o do Nordeste do Brasil não era boa nem ruim. Era sim atrasada de pelo menos um quarto de século com respeito as áreas culturalmente dominantes à época. Refiro-me à formação intelectual do pequeno patriciado local, pois quatro quintos da população estavam constituídos de analfabetos. (FURTADO, 1983, p. 32).

Curiosamente, essa narrativa serve de ponto de apoio para afirmar três ideias-força a enquadrar sua ação e sua “atividade intelectual criadora”. A primeira tende a universalizar a experiência da socialização primária, pois acredita que “a arbitrariedade e a violência tendem a predominar no mundo dos homens”. A segunda revela a desconfiança da força da persuasão para provocar um mundo mais tolerável, pois “a luta contra esse estado de coisas exige algo mais do que

simples esquemas racionais.” A terceira relativiza a força da própria ação coletiva, pois “essa luta é como um rio que passa, traz sempre águas novas, ninguém a ganha propriamente e nenhuma derrota é definitiva” (FURTADO, 1983, p. 32). Tudo isto foi posto por escrito no exílio, no momento (1973) em que o regime militar apoiava-se na tortura sistemática para controle de seus oponentes e exibia as taxas de crescimento econômico como certificado do “milagre brasileiro”.

Se, aos dez anos de idade, sua família já está localizada na capital do estado, assegurando acesso à escola secundária em colégio público de bom nível e permitindo ainda completar os estudos secundários em Recife, a simples migração solitária para o Rio de Janeiro, vivendo em pensões de estudante, mesmo com sua entrada na Faculdade de Direito da então Universidade do Brasil, não assegurou diretamente a mobilidade social ascendente nos moldes que aconteceriam no pós-guerra. Por um lado, o próprio ambiente universitário na época do Estado Novo não deveria ser muito estimulante intelectualmente. No mesmo texto para a Unesco, Furtado registra que não foi durante a graduação que enveredou pelas ciências sociais:

Quando entrei na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, os estudos de ciências sociais estavam apenas em seus começos. Uma reforma recente, de inspiração francesa, introduzira esses estudos visando a formar professores para as escolas secundárias. A economia ainda não existia como estudo universitário. O Direito era o caminho para a atividade pública e, no meu caso, a tradição familiar (FURTADO, 1983, p. 34).

Com a criação de muitas escolas de direito a partir da proclamação da República, o diploma de bacharel se desvaloriza, e a linhagem de juristas não assegura cargos para novas gerações. Verdade que a centralização do Estado e a expansão do raio de ação dos poderes públicos estiveram associadas a novas prerrogativas das administrações; assim é que, já no terceiro ano de Faculdade, passa em concurso para o Departamento Administrativo do Setor Público (Dasp) e para serviço público em Niterói. Mantém vínculos com a imprensa, mas seu ingresso no Estado é feito em postos modestos do funcionalismo público. Por outro lado, como assinala, não existia ainda Faculdade de Economia, que só será criada nos anos de pós-guerra no Brasil (BIDERMAN et al., 1996; LOUREIRO, 1997). O serviço militar, prestado no momento em que o governo brasileiro decidiu atender aos apelos de Roosevelt para que o Exército brasileiro participasse da guerra, vai significar a partida para a campanha da Itália, no período da ofensiva final dos aliados. A ida à Europa, respirar os “ares do mundo”, altera radicalmente suas chances de carreira tanto do ponto de vista intelectual como de acesso à alta administração do Estado.

Farda para ir à Europa

A *Fantasia organizada* tem por marco inicial a presença de Celso Furtado como oficial das tropas brasileiras em relação com tropas norte-americanas e termina com sua estadia em Cambridge, na Grã-Bretanha, no interior dos círculos

keynesianos de mais alta notoriedade mundial, onde redigiu *Formação econômica do Brasil*, passaporte para o retorno como um dos pensadores mais promissores da nova geração (tinha então 38 anos), e como “técnico” de fama internacional, disponível para apontar novos caminhos para as políticas públicas de promoção do desenvolvimento. Nesse livro, é contada a saga da Cepal/ONU, das incertezas sobre sua continuidade institucional à formulação de projeto original associado a Estados nacionais dotados de dispositivos de planejamento capazes de assegurar seu papel histórico de promotores da industrialização e do bem-estar material que contribuiriam para criar. O investimento de Celso Furtado nesse empreendimento é tanto intelectual, buscando entender e explicar como é possível dotar o Estado de meios de promover o debate sobre os modos de industrializar a nação, quanto político, engajando-se nas batalhas diplomáticas e nas polêmicas jornalísticas que permitiram salvar a Cepal/ONU de todas as tentativas de liquidá-la como centro de ensino e pesquisa, já que não rezava pelo catecismo pregado por Washington ou Londres. Assim, o périplo internacional, que começa no final da Segunda Guerra, torna possível a posição de primeiríssimo plano que assumirá Furtado entre 1959 e abril de 1964, tanto como dirigente da Superintendência do Nordeste, a Sudene, quanto como formulador do projeto nacionalista de desenvolvimento autossustentado; é o que será contado no *Fantasia desfeita*, que termina com as lembranças do golpe militar e a deposição do governador Miguel Arraes, em seu palácio, no Recife. Desta feita, não mais iria ao exterior como mandatário de missão nacional, mas como exilado, privado de seus direitos políticos. A carreira universitária no exterior se inicia com a perda de acesso aos cargos da alta administração em seu país de origem. Os percalços do exílio durante a ditadura militar constituem a matéria básica da obra que finda a trilogia, *Os ares do mundo*. O reingresso na carreira política, com a Nova República, tanto como Embaixador junto à Comunidade Europeia quanto como ministro da Cultura, não foi objeto de memórias; sua notoriedade como pensador foi reforçada por sua acolhida na Academia Brasileira de Letras e na Academia Brasileira de Ciências. Em 2002, com a eleição de Lula à Presidência da República, figurou Celso Furtado entre os raros intelectuais a que o novo mandatário supremo fez questão de agradecer o apoio em visita à sua residência, em Copacabana.

As memórias de Celso Furtado estão, portanto, marcadas por um duplo olhar sobre sua vida e sobre a vida da nação: de um lado, sente-se a perspectiva do intelectual engajado em lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que assegurem o poder de decisão da coletividade nacional sobre seu futuro e favoráveis aos setores mais desprovidos da população. De outro, vê-se o pensador conectado com os debates dos centros intelectuais mais avançados e atento à evolução do cenário econômico e político mundial. Contrariamente aos nacionalismos europeus da atualidade, que tentam promover o recuo das interações econômicas e políticas para dentro de fronteiras bem delimitadas, a postura nacionalista de Celso Furtado está voltada para incrementar o volume de decisões sobre o destino da coletividade nacional e permitir maior projeção e participação de seu país no concerto internacional. Seu itinerário, para ser cumulativo, exigiu muito trabalho e reflexão, pois há sempre escolhas a fazer diante de desafios inesperados, sobretudo quando limitadas por mudanças incontornáveis do cenário

internacional. Entender as mudanças em curso, ou mesmo antecipá-las, é condição *sine qua non* para aumentar a previsibilidade dos combates a serem enfrentados. Sua atenção e conduta puderam estar direcionadas para o plano regional ou nacional, como no caso da Sudene, mas o “coração e a cabeça” não puderam prescindir de lufadas de “ares do mundo”. Mesmo cheirando a pólvora e povoada por companheiros de farda que foram sendo ceifados, a atmosfera experimentada durante a Segunda Guerra parece ter servido de lembrete que a fixação de fronteiras entre as nações depende sempre de correlações de forças, de aliados com quem se pode contar e de inimigos existentes na arena planetária. Talvez seja ainda esta vivência da juventude³ que ancore a pergunta constante, ao longo de toda a obra como economista, sobre onde se localizam (e quem participa de) os centros de decisão estratégicos a configurar os embates, e que modificarão o conjunto do cenário e a vida de cada ser.

A retomada da trilogia citada acima, redigida entre 1985 e 1991, em edição cuidada da mesma editora Paz e Terra, com a inclusão de livro de contos sobre a vivência de soldados brasileiros durante a Segunda Guerra, e igualmente de artigo redigido para revista da Unesco e outro para publicação do Banco Mundial, recebeu o título de *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Dedicada a *Fantasia Organizada* à jornalista Rosa Freire D’Aguiar, com quem se casou em 1979, pela segunda vez, que “me encorajou a escrever este livro e colaborou na preparação final do texto”, a edição completa da “obra autobiográfica” reserva uma página de rosto onde é mencionado “edição: Rosa Freire D’Aguiar”. A parceria na recuperação de lembranças e de textos que as objetivaram é assim assinalada. Note-se que os “contos da vida expedicionária”, primeira obra efetivamente editada sob a forma de livro, em 1946, mas nunca mencionados até meados dos anos 70 (ver as primeiras páginas de *O mito do desenvolvimento econômico* de 1974), reaparecem em *Criatividade e dependência na civilização industrial* de 1978, com seu título original completo: *De Nápoles a Paris (contos da vida expedicionária)* e são incorporados como capítulo do tomo I da “obra autobiográfica” (precedido pela apresentação do historiador Francisco Iglesias e de cronologia, sucedido por *Fantasia Organizada*). No tomo I, em nota datada de julho de 1997, explicita que, cinquenta anos mais tarde, esses escritos iniciais “refletem o deslumbramento de um jovem recém-saído do interior do Nordeste brasileiro face à riqueza de uma civilização que parece desmoronar” (FURTADO, 1997, p. 15). Os vários escritos autobiográficos, redigidos em momentos bem distintos de sua trajetória, não são, portanto, remetidos a um mesmo projeto unificado de falar de si, mas servem de documentos de suas visões do mundo social e de suas prioridades em cada etapa de seu trajeto. O livro sobre a experiência durante a Grande Guerra trata pouco dos combates finais e das estratégias das tropas em confronto, mas bastante do sucesso pessoal de oficiais brasileiros diante de jovens europeias.

3 Roberto Pereira Silva (2011) analisou minuciosamente, e com grande inteligência, os escritos jornalísticos de Celso Furtado juntamente com aqueles consagrados à administração, primeiro ramo do conhecimento a que se dedicou sistematicamente. Permite assim ver melhor as continuidades e descontinuidades com os escritos sobre economia a partir da tese de doutorado. Trabalho tão mais precioso que os textos jornalísticos nunca haviam sido reeditados.

Com efeito, esses contos, apresentados como inspirados em “fatos [...] substancialmente verdadeiros”, versam principalmente sobre aventuras amorosas de oficiais aliados, mas sobretudo de brasileiros, apreciados por jovens italianas e francesas no momento da ofensiva final. Celso Furtado embarcou para Europa em janeiro de 1945 e, após ferimento que o obriga a ser hospitalizado, retorna ao Brasil em agosto do mesmo ano. Os contos iniciais mostram que o risco de vida de fato esteve inscrito no cotidiano, mas vê-se claramente que, mesmo na Itália, as tropas aliadas são percebidas como liberadoras e que os “tedescos” estão batendo em retirada, o desespero sendo sugerido pelo suicídio de soldado alemão que teria passado a noite na mesma pousada que os brasileiros. Assim, as aventuras relatadas assumem sobretudo a forma de “casos”, como aqueles que esquentam as conversas de bar, e bem menos o de ferozes combates ou de descrição densa do panorama das dificuldades da vida quotidiana ao final da refrega. A impressão que transmite ao leitor, paradoxalmente, é bem mais amena que a evocação das lembranças no início de *Fantasia Organizada*:

[...] a reconstrução dos países devastados pela II Guerra Mundial resultou ser tarefa mais árdua do que se havia inicialmente imaginado. À diferença do ocorrido na Primeira Grande Guerra, quando as destruições se circunscreveram a certas áreas, a devastação dentro e fora dos sistemas de produção fora de tal ordem que o sacrifício de toda uma geração parecia inevitável (FURTADO, 1985, p. 13).

Nesses contos, transparece o embarque para Europa como combatente como oportunidade de acesso à contemplação de obras culturais refinadas e antigas, de frequentar palácios e pessoas formadas intelectualmente e com acesso constante a essas obras. Assim, um amigo companheiro de farda, que recebe o prenome de Mário, exulta ao ser escolhido para treinamento em motores de blindados por instrutores norte-americanos, porque isso lhe permitia ir à Florença e “saber até que ponto a gente florentina está integrada em sua linhagem cultural; sentir o espetáculo vivo desta gente lendo Dante e vendo Giotto” (FURTADO, 1997, p. 34-35). Afirma sempre que são bem recebidos, tanto por gente modesta quanto por círculos sofisticados, que põem à prova seus conhecimentos intelectuais. O desconforto provocado por situações desse tipo é verbalizado inúmeras vezes: “tudo o que ele dissesse revelaria o estrangeiro – o estrangeiro que espia a cultura pelo lado de fora.” (FURTADO, 1997, p. 38). Todo o paciente trabalho de leitura sobre aquele universo não era facilmente mobilizado para se sentir um igual em diálogos corriqueiros: “dolorosa angústia: a consciência de sua incapacidade para assimilar a cultura; sentiu que todas suas leituras lhe ficavam na cabeça como papel amontoado” (FURTADO, 1997, p. 38). Essa dissimetria no plano intelectual é contraposta à atração física pessoal, que minora as distâncias sociais. Após dissertar sobre Goethe e Horácio em jardins noturnos, como preâmbulo para o amor, o herói da narrativa ouve estupefato o elogio do privilégio de ser meio “selvagem” e não herdeiro da cultura clássica: “o que invejo em você é pertencer à raça que desperta [...] Você não imagina o que é ter o destino de uma parede onde se depõem quadros respeitáveis. O que é viver

para transportar nos ombros mil anos de tradição. E(é) a consciência da decadência” (FURTADO, 1997, p. 42).

A vivência de universo extremamente rico culturalmente, mas, com o desenrolar da guerra, tributário de alianças com americanos do norte e do sul (embora os contingentes brasileiros fossem diminutos, servindo apenas para alargar o perímetro dos países aliados) para derrotar o nazifascismo, e forçados a reconstruir suas economias, provavelmente contou bastante na decisão de Celso Furtado de retornar logo à Europa para realizar estudos doutorais, embarcando novamente em dezembro de 1946, mediante a mobilização de suas economias pessoais e contando com a possibilidade de trabalhos ocasionais para a imprensa brasileira. Em *Fantasia organizada*, retoma o fio da meada quarenta anos mais tarde, revelando objetivos ambivalentes, embora ressalte, sobretudo, a condição de observador e menos a de aprendiz de saber especializado como a economia:

[...] tomara a decisão de voltar à Europa fascinado pelo inusitado da cena social e humana que aí se armara, certamente sem precedentes, por sua amplitude e complexidade, na história dos homens. Acumulara algumas economias e considerei que o melhor presente que podia fazer-me a mim mesmo era propiciar-me os meios para observar de perto o drama europeu. (FURTADO, 1985, p. 14).

Sua carreira posterior, sobretudo suas ideias consignadas em livros, mostraria que os estudos doutorais na França impregnaram fortemente seu pensamento, e apenas em suas memórias registra o que observara durante a Segunda Guerra e no imediato pós-guerra, no período 1945-1948. Observadores da cena internacional eram plethora, pretendentes a círculos dirigentes internacionais com doutorado em universidades prestigiosas, sobretudo de origem brasileira, eram bem mais raros. Mas a valorização de títulos e competências internacionais exigiu esforços adicionais tanto no nível intelectual quanto político.

Hipóteses novas através do conhecimento internacional

Estas observações sobre a motivação para voltar à Europa inscrevem sua partida sobretudo como jornalista, já que não dispunha de estudos precedentes em economia, fora de suas incursões neste terreno como autodidata. A condição de “observador” da cena europeia, embora mais “nobre” à primeira vista que a de simples estudante, não era tanta novidade, pois frequente entre membros da elite brasileira menos aquinhoados, precisando financiar suas estadias como correspondentes de periódicos no Brasil (fora este o caso de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1930). Muito mais raros eram os jovens brasileiros que partiam para Europa, ou para os EUA, para realizar estudos doutorais, entrando na competição futura pelos cargos internacionais ou nacionais, a exigir títulos e competências muito superiores aos que dispunham grupos dirigentes antes da guerra. Os combates finais da guerra mostraram que os avanços científicos

e tecnológicos, especialmente no domínio da física nuclear, mas também no da bioquímica, tinham se tornado os elementos-chave da condição de potência mundial. Apenas ser herdeiro de cultura multissecular, por mais refinada que fosse, por maior reverência e admiração que suscitasse em escala planetária, não assegurava a país algum ter domínio sobre o seu futuro. Afinal, as nações asiáticas ou do Oriente Médio, de cultura milenar, como Índia, China, Camboja, Indonésia, Egito, Irã etc., dispunham de monumentos arquiteturais, esculturais, pictóricos e literários de notoriedade sem equivalência no Ocidente, mas estavam todas reduzidas à situação de colônia ou, no melhor dos casos, à de “protetorado” de países europeus. Em contraponto, o esforço de reerguer as economias nacionais e estimular o comércio internacional tornou-se prioridade absoluta das agendas políticas nacionais e internacionais; competências neste domínio passaram a ser altamente valorizadas e dotavam seus possuidores de horizontes amplos para exercê-las.

Celso Furtado vai desfrutar, posteriormente, da condição de um dos raríssimos casos de economistas da sua geração no Brasil que dispuseram de diploma de doutorado, mesmo se confrontado aos herdeiros de grandes famílias com fácil acesso ao universo cosmopolita, como era o caso de Eugênio Gudim e seu sobrinho Mário Henrique Simonsen. Mesmo Roberto Campos, que se inscreveu em estudos doutorais nos EUA graças à sua nomeação para aquele país como diplomata de carreira, não chegou a defender tese e obter o diploma em Columbia (BIDERMAN et al., 1996). Segundo o repertório de teses sobre o Brasil, defendidas na França, organizado por Anita Sabóia-Clemens no Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (CRBC) da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), apenas duas outras teses em economia foram defendidas antes da de Furtado. Foi, sem dúvida, pioneiro ao investir em estudos doutorais em economia em centros de excelência internacional. De fato, logo teve de abandonar a postura de “observador” da cena europeia, como o fora Joaquim Nabuco no século XIX, segundo o registro de *Minha Formação*, para cavar a entrada em doutorados de primeiro plano internacional⁴. O acesso a círculos dirigentes brasileiros e internacionais de economistas, formados em meados dos anos 1960, passou a exigir doutorados em instituições de primeiro plano internacional, como assinalam as obras de Maria Rita Loureiro (1997) e de Yves Dezalay e Bryan Garth (2002). Neste sentido, as decisões de Furtado sobre realizar o doutorado na Europa prefiguram investimentos incontornáveis para gerações posteriores de aspirantes aos círculos dirigentes, sobretudo aqueles voltados para a economia.

⁴ Em sua autobiografia, Joaquim Nabuco, que se apresenta como quarta geração de políticos do Império brasileiro, educado em engenho de açúcar da Zona da Mata de Pernambuco, discorre sobre sua estadia na Europa como observador dos espaços políticos e intelectuais da França e da Inglaterra. Constitui bom exemplo de “viagem à Europa” como uma espécie de rito de passagem de jovens pretendentes de elites dirigentes brasileiras; modelo que pode ser observado também nos romances da última fase de Machado de Assis, sobretudo *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires*. Uma excelente biografia de Joaquim Nabuco, inscrevendo sua ação nos círculos dirigentes de seu tempo, foi apresentada por Ângela Alonso (2007).

Começou por tentar lugar na potência vencedora da guerra, a Grã-Bretanha, mas logo se defrontou com as restrições em vigor, pois “tudo era medido e contado e as escolas superiores estavam praticamente fechadas para quem não fosse veterano das forças armadas de Sua Majestade” (FURTADO, 1985, p. 14). Então, tomou contato, em Paris, com Maurice Byé, integrante da missão francesa junto à Universidade do Brasil, e que fora privado da nacionalidade francesa, por ter o governo de Vichy punido dessa forma os que aderiram às Forças Francesas Livres, comandadas por De Gaulle. Esse professor o ajudou a racionalizar sua estadia na França, pois “foi por conselho seu que me inscrevi para preparar uma tese de doutorado em economia”, embora Furtado reafirmasse, ainda em 1985, que “na época em nada me atraíam os títulos, particularmente universitários” (FURTADO, 1985, p. 19). Inscreveu-se igualmente no Institut d’Études Politiques (IEP) de Paris, mais conhecido por Sciences Po, escola superior formadora da “nobreza de Estado”, segundo Pierre Bourdieu (1989). Frequentou, portanto,

[...] a fina flor dos futuros quadros dirigentes do país, em grande parte filhos de profissionais de nível universitário e também os remanescentes da *‘haute bourgeoisie’*. Na França é mais importante a inserção social que a renda, que é muito menos concentrada do que a riqueza e os privilégios não-monetários (FURTADO, 1985, p. 19).

Maurice Byé era especialista em comércio internacional, mas, para Furtado, era difícil pesquisar os desequilíbrios externos daquela época, em razão da ausência de dados estatísticos confiáveis. Graças a Paulo Emilio Salles Gomes, também estudando em Paris à época, Furtado teve acesso à biblioteca brasileira bem sortida, possibilitando estudar a economia colonial brasileira no período do açúcar. Maurice Byé, que não era especialista em história econômica, exigiu então a comparação com a economia açucareira das Antilhas francesas; e foi assim que Celso Furtado começou a privilegiar o ângulo da economia internacional para enfocar as dinâmicas próprias das grandes plantações brasileiras. Em suas palavras: “Minha visão internacional da economia brasileira começou com esse exercício” (FURTADO, 1985, p. 20). Não através de dados de antigos engenhos permitindo estudar as conexões com mercado mundial do açúcar, mas com análises da flutuação dos mercados do açúcar e seus reflexos na economia brasileira.

Além dos conhecimentos adquiridos ao redigir a tese de doutorado, sua realização permitiu mudar o patamar de sua carreira ao retornar ao Brasil. Além da retomada de suas funções nos estratos inferiores da burocracia pública brasileira, Furtado pôde integrar a equipe responsável pela revista *Conjuntura Econômica*, editada pela Fundação Getúlio Vargas, onde havia sido montado um centro de estatísticas sobre contas nacionais, ou seja, as variáveis-chaves do modelo de Keynes para os equilíbrios macroeconômicos, como renda nacional, investimento público e privado, gastos do governo, poupança, balanço do comércio exterior e de pagamentos etc. O mesmo centro calculava ainda vários índices de preços, fator central na economia que seria marcada pela inflação até meados dos anos 1990. Sua entrada no espaço dos economistas brasileiros se deu através do polo cosmopolita

e neoclássico, de quem se demarcaria nos anos 1950, pois na FGV pontificavam Eugênio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões, grandes herdeiros de famílias tradicionais instaladas na capital e ferrenhos adeptos dos dogmas neoclássicos e partidários da especialização do Brasil em exportação de produtos agrícolas ou minerais, pela crença no “teorema das vantagens comparativas”. Em suas memórias, enfatiza a superficialidade dos debates locais e dos efeitos nefastos da proscrição do Partido Comunista do Brasil em 1947, em que

[...] a guerra fria penetrava nos espíritos como um veneno paralisante. Idealizava-se a União Soviética que ninguém conhecia, e a simpatia que existira pelos Estados Unidos durante a guerra fora substituída por um preconceito desfavorável com respeito a tudo que procedia deste país. (FURTADO, 1985, p. 41).

A vinda da missão americana presidida por homem de negócios, a missão Abbink, suscitou a esperança que um plano Marshall estaria sendo concebido para dotar a economia brasileira de dinamismo equivalente à recuperação europeia; o debate sobre a soberania nacional foi virulento, ainda mais porque a missão teve por fim último apenas dimensionar a eventual inadimplência do Brasil, dada sua capacidade reduzida de pagamento de suas dívidas internacionais. Nessa época, chega a notícia de instalação da Comissão Econômica das Nações Unidas em Santiago, com pedido a Otávio Gouveia de Bulhões, então chefe da divisão de Estudos Econômicos e Financeiros, ligada ao Ministério da Fazenda, que indicasse um economista brasileiro. Para surpresa de Bulhões, Celso Furtado pleiteou este posto; vários foram os colegas que tentaram dissuadi-lo, alegando que os EUA haviam combatido a criação da Cepal/ONU e que seu mandato era temporário. O secretário-executivo da Comissão, em ida ao Rio de Janeiro, foi recebido por Celso Furtado e se mostrou bem pouco receptivo à ideia de acolhê-lo em Santiago. Todavia, não teve como recusar a indicação formal de Bulhões do nome de Celso Furtado, que teve que viajar às suas custas para poder se apresentar, no dia fixado, nos escritórios de Santiago. Lá chegando, soube que outro funcionário, de origem cubana, havia tentado sustar sua nomeação, alegando que “nunca seria um economista aproveitável” (FURTADO, 1985, p. 52). Diante de tantos obstáculos, cabe se interrogar por que Celso Furtado investiu tanto nessa oportunidade de se tornar funcionário das Nações Unidas, baseado em Santiago do Chile. Não demonstra haver sido contrariado em sua passagem pela FGV, tampouco de estar sendo mal remunerado. Diferentemente da diversidade de motivos adiantados para a segunda viagem à Europa, onde todos têm sua pertinência, a simples desilusão com o nível dos debates intelectuais no Brasil não parece ser suficiente para tantos investimentos materiais e emocionais implicados nessa mudança de rumos. A ausência de competidores para essa função diz muito sobre o interesse restrito que tinha para pretendentes a círculos dirigentes brasileiros ou internacionais. No livro de memórias, nenhum outro acontecimento relevante é aventado; na cronologia apresentada no tomo I, há referência ao casamento com a química de origem argentina, Lucia Pieva Tosi, no segundo semestre de 1948, o primeiro filho do

casal, Mário Tosi Furtado, nascendo no ano seguinte. Possivelmente, a residência em Santiago, metrópole de certa forma equidistante entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro, tivesse atrativos outros que não razões de ordem intelectual, política ou profissional.

Ressalte-se ainda que o ambiente inicial de trabalho na Cepal/ONU foi decepcionante, sobretudo pela ausência de diálogo estimulante entre colegas, em virtude do recrutamento de jovens de elite latino-americanos com doutorado nos EUA e aspirações muito limitadas. Furtado parece ter ficado isolado como ex-doutorando de universidade francesa: “Perguntava-me como era possível que aqueles jovens, educados em universidades norte-americanas, tivessem um horizonte de preocupações tão limitado. A maioria pensava em buscar trabalho nos Estados Unidos, se a Cepal não perdurasse” (FURTADO, 1985, p. 55).

A ousadia de economistas periféricos

Apenas em fevereiro de 1949 as coisas começaram a mudar, com a chegada de Raúl Prebisch, criador do Banco Central Argentino e, segundo as lembranças de Furtado (1985, p. 58), “sem lugar a dúvida, o único economista latino-americano de renome internacional”. Em um primeiro momento, não houve muita interação com a equipe da Cepal/ONU em funcionamento; em seguida, Prebisch distribuiu *paper* subitamente recolhido, no qual apresentava teses ligadas a confrontos havidos sobre controles de câmbio na América Latina, contra a vontade de Washington. Apenas às vésperas da conferência de Havana, Prebisch distribuiu novo texto com quadros e gráficos, onde o tom era incisivo, pois Celso Furtado o qualifica de “manifesto que conclamava os países latino-americanos a engajar-se na industrialização”; desde o princípio “o ataque à ordem internacional existente e seus ideólogos era direto: nessa ordem não cabia a industrialização dos países novos”, se os latino-americanos não possuíam uma correta interpretação teórica, sabiam ser necessário abandonar “a ótica dos centros mundiais” (FURTADO, 1985, p. 60). A crítica central estava voltada para o caráter da divisão internacional do trabalho, pois as “relações de troca evoluíram persistentemente contra os países da periferia” (FURTADO, 1985, p. 61). Data deste momento a aproximação intelectual e afetiva entre Prebisch e Furtado, com o jovem economista aderindo à teorização proposta por Raúl Prebisch, se prontificando a traduzir o texto para o português e a editá-lo na *Revista Brasileira de Economia (RBE)*, reduto por excelência do pensamento ortodoxo no Brasil.

Adversário de Perón, Prebisch não dispunha de cobertura diplomática em seu país de origem; a aliança com Celso Furtado dotava-o de um jovem discípulo que difundia suas formulações polêmicas, em um Brasil que ensaiava, desde a guerra, a arrancada para a industrialização. Celso Furtado vai usar as interrogações de Prebisch para conceber novas explicações do processo de industrialização no Brasil, processo que seria chamado de “substituição de importações”: a crise de 1930 não levava à falência as unidades agroexportadoras de café porque houvera “socialização das perdas”, o Estado adquirindo em moeda nacional os estoques invendáveis. A redução de divisas estrangeiras limitava as aquisições de produtos

importados, elevando seus preços em moeda nacional, o que dotava as indústrias locais de competitividade superior. Começa assim o crescimento apoiado na produção industrial, que reconduz o gargalo na capacidade de importar, permitindo à indústria avançar, sobretudo quando as previsões de órgãos públicos antecipam os maiores gargalos a cada passo. Além de tudo, a interdependência criada entre as várias empresas e setores industriais permitia unificar o enorme espaço territorial brasileiro, até então ocupado por ilhas de grandes plantações voltadas para o comércio exterior, mas pouco ou nada vinculadas entre si. O novo modo de interligar todos os setores econômicos dava solidez e consistência às decisões elaboradas com base no que podia ser observado no interior do território do país. Conclusão lógica: a industrialização “estava cimentando a nacionalidade” (FURTADO, 1985, p. 70). Esse ensaio, preparado durante o segundo semestre de 1949, será editado pela mesma *RBE* em março de 1950. O dueto Prebisch-Furtado começava, assim, a propor novas problemáticas a serem investigadas na articulação agricultura de exportação-indústria, e também nos modos de gerir as sucessivas crises cambiais, abrindo o espaço de alternativas para ação do Estado como promotor do crescimento econômico e de uma melhor distribuição dos incrementos de renda assim obtidos. A fecundidade intelectual das questões impostas pela Cepal/ONU apontava novos caminhos para as economias latino-americanas e logo se duplicou, por conceber modalidades de programação de políticas públicas para assegurar a continuidade (hoje sealaria de sustentabilidade) de longo prazo desse crescimento. Treinar jovens dos países latino-americanos para enfrentar os desafios apresentados pela transição de economia “primário-exportadora” à “industrial” tornou-se atividade estratégica para divulgação do novo pensamento; essa tarefa reforçou a rede de apoio à existência da Cepal/ONU em todo o continente, particularmente entre os jovens universitários com poucas chances de acesso aos doutorados na Europa e nos EUA, e obrigou a sistematizar as novas concepções teóricas e a explicitar em que constituíam os avanços em face do corpo tradicional da disciplina, ou mesmo das demais correntes heterodoxas.

Esse dueto entre Furtado e Prebisch seria reforçado ao enfrentarem a ameaça à liquidação da Comissão, com a manobra da diplomacia norte-americana de absorver seus “serviços” no quadro da Organização dos Estados Americanos (OEA), muito mais dócil a Washington que a arena da ONU. Com a passagem de Prebisch à posição de secretário-geral da Comissão em 1950, com sua postura independente diante das instâncias superiores na ONU e sua aproximação com economistas da assessoria econômica do segundo governo de Vargas, além do acirramento da Guerra Fria com os combates na Coréia, as restrições à Cepal/ONU aumentaram no interior da diplomacia norte-americana, com boatos constantes sobre o seu fechamento futuro. Um embate decisivo teve lugar na conferência do México, em 1951, quando as instruções enviadas por Getúlio Vargas fizeram ruir todas as manobras norte-americanas contra a Cepal/ONU e sua crescente autonomia intelectual, para forjar instrumentos de identificação dos obstáculos à industrialização e à partilha mais equânime de seus frutos. Prebisch solicita audiência de agradecimento a Getúlio Vargas, assegurada pela mediação do colega de Liceu Paraibano de Furtado, Cleantho Leite, na época vinculado à poderosa assessoria econômica de Vargas. A

conversa demonstrou a Prebisch que Vargas lhe garantiria apoio duradouro na ONU e em seus organismos, e mostrou a Getúlio Vargas que as escolhas pragmáticas que fizera tinham fundamento teórico, proposto por economistas de renome na cena internacional, embora em círculos periféricos. Tudo isso mediado pelo jovem nordestino de trinta anos, amigo de membro de sua assessoria. As lembranças de Furtado mereceram o seguinte registro:

Vargas ouvia com inequívoco interesse (“uma daquelas sínteses magistrais de Prebisch”). Ele havia sido o homem da industrialização, mas a tateios, lutando contra a “boa doutrina” dos mestres da época. Agora ouvia uma demonstração lapidar de que havia feito a escolha certa. (...) Vargas praticamente iniciava seu novo governo e parecia decidido a imprimir – lhe um cunho altamente industrialista. Agora tomava conhecimento de que havia todo um movimento de idéias, na América Latina, em prol dessa política, de que não estava só (FURTADO, 1985, p. 122-123).

Por conseguinte, o depoimento de Furtado demonstra como o pensamento inovador da Cepal/ONU supôs suportes políticos fruto de profundos investimentos pessoais em duas frentes diferentes. Uma relativa ao plano do conhecimento, pela busca e tratamento de informações sobre as economias de diferentes países latino-americanos, permitindo entender como as crises sucessivas das atividades agroexportadoras, ou de exploração de minérios como no Chile, poderiam desembocar em industrialização através de substituição de importações, atraindo os centros dinâmicos e as decisões para o interior das arenas nacionais, diminuindo o peso do mercados de bens e de instituições financeiras sem vínculos com os circuitos internos aos marcos nacionais. Não se tratava de modo algum de romper os laços de comércio com as potências do hemisfério norte, de promover uma modalidade de “produção para autoconsumo” ou promoção de autossuficiência nacional, mas de alterar esses vínculos internacionais, permitindo importar bens de equipamento e tecnologia inovadora, ou combustíveis e minerais não disponíveis em cada território, mediante pautas de exportação que poderiam ser diversificadas. A outra frente fundamental de investimentos pessoais implicava construir as bases políticas e diplomáticas que assegurassem a existência dessa instituição internacional no longo prazo. Note-se que a equipe foi-se ampliando e numeroso e diversificado foi o quadro de “técnicos” da Cepal/ONU, e mesmo de instituições de formação e treinamento universitário, a exigir vínculos de solidariedade e compreensão mútua em toda a América Latina. Sem sombra de dúvidas, se Celso Furtado também exprimiu no mesmo livro as questões que provocaram divergências e desacordos com Raúl Prebisch, um dos maiores méritos de seu testemunho foi o de restituir como apenas Prebisch dispunha de capitais sociais e de notoriedade suficiente para contestar a hegemonia absoluta das visões conservadoras, defensoras do caráter imperativo e inexorável da “divisão internacional do trabalho”, e abrir os horizontes para todas as mudanças sociais associadas à industrialização. Os fundamentos do prestígio de Prebisch, baseados em seus vínculos com as negociações internacionais em face dos preços de bens agrícolas, como o trigo e a carne, foram minuciosa e brilhantemente

estudados por Joseph Love (1996), que faz notar a origem social bem mais elevada do argentino em relação ao seu discípulo brasileiro. Ambos pertencem a gerações diferentes e a frações dirigentes diferentes em seus países de origem. Estamos diante de depoimentos que chamam atenção para as condições sociais e institucionais de elaboração do pensamento coletivo, admitindo variações e discordâncias individuais. Os protagonistas não precisam se devorar para se apresentarem como pioneiros únicos de ideias de fato partilhadas, porque se tornaram conscientes de que apenas com a junção de qualidades diferentes e complementares, inclusive seus pertencimentos nacionais distintos, puderam enfrentar por certo tempo adversários bem melhor dotados de recursos sociais, de credenciais intelectuais, de prestígio e de apoios políticos.

Não detalharemos aqui as polêmicas entre os tenores do pensamento neoclássico, sobretudo Gudin e Bulhões, e os economistas da Cepal/ONU, sobretudo a dupla Prebisch e Furtado⁵. Não foram apenas economistas e diplomatas norte-americanos que buscaram se opor a essa nova corrente de pensamento e com a força das instituições internacionais por eles controladas; de maneira crescente, constituiu-se uma frente de economistas liberais no Brasil, sobretudo encastelados na Fundação Getúlio Vargas, com progressiva vinculação com departamentos das universidades norte-americanas, de maneira homóloga aos “Chicago Boys”, em época posterior, em Santiago, para contestar as teses propostas pela Cepal/ONU e para reafirmar o primado da política econômica restrita à política fiscal e monetária. Como ressaltou M. R. Loureiro (1997), esboça-se, neste momento, um “campo dos economistas”, na acepção de Pierre Bourdieu (2001), de microcosmos dotados de força centrípeta, onde os especialistas disputam principalmente a palavra autorizada sobre o assunto objeto de controvérsia. Celso Furtado detalha ainda como foi constituído o “grupo-misto” Cepal/BNDE, sob sua coordenação, ainda em 1953, para estudar os pontos de estrangulamento do processo de industrialização brasileiro. Data dessa mesma época a preparação de seu primeiro livro, intitulado *A economia brasileira*, publicado em 1954 pela casa editorial A noite. Mas a ponte, para seu retorno ao Brasil em 1958, foi reforçada com a crise que redundou no suicídio de Vargas. Furtado apresenta seu testemunho nos seguintes termos: “Criado o trauma, a campanha eleitoral de 1955 concentrou-se em torno da ideia de prosseguir ou não com a política de Vargas, vale dizer dar continuidade ao esforço de industrialização ou negar-lhe validade” (FURTADO, 1985, p. 175). Na urgência, e diante de vivas polêmicas, a equipe de Juscelino Kubitschek pode retomar as metas calculadas pelo grupo misto Cepal/BNDE, pois “ali estavam calculadas as metas de todos os setores estratégicos, com explicitação do esforço de investimentos a ser realizados” (FURTADO, 1985, p.175). Assim, Celso Furtado passava a figurar como personagem ainda nos bastidores, mas com participação direta na definição das orientações a serem imprimidas ao esforço econômico mobilizado a partir do Estado. Também frente à assessoria econômica de Vargas e seu progressivo deslocamento para o BNDE, Celso Furtado figurava como

5 O leitor interessado nas controvérsias teóricas suscitadas pela Cepal/ONU deve ler os dois livros de referência publicados por Ricardo Bielschowszki (1988; 2000); bem como o livro de Joseph Love (1996).

“técnico” dispo de mais títulos internacionais, como o doutorado, e seu renome evocava ainda hipóteses inovadoras sobre o futuro da América Latina e do Brasil.

Antes do retorno ao país natal, porém, decide passar um ano no reduto mais duro do keynesianismo, a convite de Nicholas Kaldor, em 1957, para estadia ligada a estudos, pesquisas e conhecimento mais acurado dos debates internacionais mais relevantes sobre crescimento econômico. Ir para Cambridge, naquele momento, significava dialogar com o centro de formação doutoral e de pesquisas de ponta em economia de maior fama em todo o mundo. Em certo sentido, pode-se aproximar essa estadia em Cambridge do que seria considerado, nos anos 1980, um pós-doutorado no exterior, diversificando os centros de excelência a que teve acesso direto.

Com as mudanças políticas na Argentina, a partir da queda de Perón, Prebisch havia retornado ao país de origem; desse modo, os investimentos intelectuais e políticos do dueto não foram concentrados apenas no fortalecimento da instituição internacional da Cepal, mas multiplicaram-se com a inscrição de cada um dos parceiros em círculos políticos de seus países respectivos. Fato é que, a partir de 1953-1954, nota-se que Celso Furtado passa a investir prioritariamente na cena brasileira, como demonstra a publicação de sua obra como economista que começa a ser editada neste momento. Contudo, as controvérsias desencadeadas pela Cepal foram eminentemente internacionais e os ataques se dirigiam à pertinência e a unicidade das hipóteses sobre as quais se assentavam diante do conhecimento econômico utilizado na Europa ocidental, sobretudo na Inglaterra e na França, assim como nos Estados Unidos. Abrir espaço para o conceito de “subdesenvolvimento”, em que se pensava o caminho particular do crescimento econômico em “países periféricos”, implicava restringir a abrangência da teoria econômica então existente, que de “geral” e “universal” passava a ter validade restrita para países ditos “centrais”, “industrializados” ou “desenvolvidos”. Esse esforço propriamente conceitual e crítico começou nos primeiros textos da Cepal, sobretudo no famoso relatório de 1949 (cf. NACIONES UNIDAS, 1950). Como ressalta Joseph Love (1996), Prebisch era um bom conhecedor da obra de John Maynard Keynes, e havia publicado um livro sobre suas teorias. Ao aceitar o convite de Cambridge, financiado por bolsa da Fundação Rockefeller, Furtado dava, de certa forma, continuidade a investimentos intelectuais feitos na Cepal, retomando como quadro teórico questões e conceitos proposto por Keynes. Na *Fantasia Organizada*, Furtado relatou antes a ida aos Estados Unidos, em 1951, para certificar-se sobre os debates teóricos em andamento, particularmente em relação ao crescimento dos países periféricos, ocasião em que encontrou Walter Rostow e sua generalização das etapas explicitadas pela curva do crescimento de qualquer país e do significado do *take off*. O conceito de “subdesenvolvimento” se contrapunha explicitamente à ideia de apenas uma forma da historicidade do desenvolvimento econômico e da revolução industrial. Essa expressão não veio de teóricos vinculados a departamentos norte-americanos de excelência, mas apareceria sobretudo dentro de Comissões Econômicas promovidas pela ONU nos diversos continentes, em aberta oposição a esta formulação de pretensão universal por parte de acadêmicos norte-americanos. Na segunda metade dos anos 1950, o keynesianismo fornecia o quadro teórico hegemônico tanto na Europa como nos

EUA, e Cambridge se afirmara como polo central do cenário mundial. Segundo Furtado, embora não dominantes institucionalmente, teóricos como Nicholas Kaldor, Joan Robinson, Piero Sraffa, Amartya Sen, impulsionavam debates sobre o processo de acumulação de capital, os dois primeiros tendo publicado, à época, obras de referência sobre o assunto. A controvérsia com os neoclássicos norte-americanos, sobre a função de produção macroeconômica e as maneiras de operacionalizá-la, contribuiu ainda mais para sublinhar a fecundidade científica dos “keynesianos de esquerda” de Cambridge, UK.

Foi nesse quadro estimulante, de retorno ao quadro conceitual proposto por Keynes para pensar o processo de crescimento econômico e a acumulação de capital que o torna possível, que Celso Furtado retomou seus trabalhos precedentes sobre o Brasil e redigiu seu livro de maior impacto intelectual: *Formação econômica do Brasil*. Iniciando o trabalho pelo exame da economia do açúcar desde o século XVII, tema abordado em sua tese de doutorado, passando pela economia do café e o estudo das políticas econômicas adotadas para tentar controlar as flutuações do mercado internacional, com uso de recursos do Tesouro Nacional para defender os rendimentos das elites agrárias hegemônicas, consolidava interpretação original para explicar a passagem de economia de *plantation*, voltada para mercados do hemisfério norte, à economia industrial dotada de molas de crescimento internas. Não houve propriamente novidade historiográfica nesse trabalho, por uso de fontes inéditas, nem acesso a arquivos desconhecidos, mas, sim, uma elaboração sistemática de hipóteses extraídas do quadro teórico keynesiano para repensar dados disponíveis em trabalhos historiográficos ou de estatísticas econômicas analisadas dentro da FGV e da Cepal. O depoimento de Celso Furtado revela lucidez e honestidade intelectual:

Foi dessa idéia (elaborar modelo da economia do açúcar) que surgiu a *Formação econômica do Brasil*, redigido entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958 nas “sobras de tempo” que ia furtando ao festival do debate teórico. [...] O livro seria uma coleção de hipóteses com demonstrações apenas iniciadas ou sugeridas. Os detalhes historiográficos seriam praticamente omitidos, para que o leitor captasse facilmente o movimento do tempo do conjunto observado. (FURTADO, 1985, p. 205).

O qualificativo de sua obra como um “vasto afresco” define bem o teor do livro, que tinha o valor de propor novas interrogações e novo quadro conceitual para pensar a “economia brasileira”. Sua notoriedade como “teórico do subdesenvolvimento” se afirmou a partir de então, passando de jovem promissor, importante nos bastidores do poder, à liderança intelectual no Brasil com projeção internacional. Para essa notoriedade nacional, referendada pelo prestígio internacional, contribuiu fortemente a publicação de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, em 1961, no momento em que já se firmara como “técnico” e administrador inovador através da Sudene. Retomou trabalhos publicados nos últimos dez anos e adicionou capítulos inéditos dedicados a explicitar dinâmicas particulares das economias subdesenvolvidas (ver FREIRE D’AGUIAR FURTADO, 2009). A exemplo do que fizera Prebisch no famoso relatório da Cepal de 1949

editado pela ONU, faz uma recapitulação dos modelos econômicos dos clássicos, dos neoclássicos, dos keynesianos e dos marxistas, assinalando as críticas que dirigia a uns e outros e buscando fundar a ideia de que todos eles servem para dar conta das economias de países do hemisfério norte, onde ocorreram revoluções industriais, mas que os diferentes arcabouços teóricos eram insuficientes para entender as dinâmicas de economias “periféricas” ou “subdesenvolvidas”. Assim, atacava frontalmente a universalidade da ciência econômica, mesmo considerando o pluralismo de correntes. Na segunda parte, apresentava seu próprio modelo das economias subdesenvolvidas e a historicidade de suas transformações. Houve aí também análises originais sobre o processo brasileiro, mas se valeu sobretudo de sua inscrição anterior em estudos sobre o conjunto da América Latina para apresentar problemática de visada universal. Nomeou seu esforço teórico de ponto de vista de “economista de país subdesenvolvido”, mas que merecia permanecer lado a lado com os estudos feitos nos países industriais avançados, recusando qualquer redução das economias subdesenvolvidas a meras etapas anteriores das economias industriais avançadas. Especialmente em relação à economia internacional, este enfoque implicava polaridades diferentes e subordinadas, forçando a análise a ultrapassar as fronteiras nacionais e se situar de saída no plano de sistema assentado em bases internacionais. Afirmou acreditar que desta forma contribuía para “melhor compreensão do papel do Estado no plano econômico”; sua qualificação, na introdução do livro, enfatizando a complementaridade de seus esforços com os modelos oriundos de economias industriais avançadas, mostra como percebia seu esforço teórico dentro da divisão internacional do trabalho intelectual:

A evolução do autor nesse terreno realizou-se em anos de trabalho como pesquisador e analista, principalmente na qualidade de economista da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). A necessidade de diagnosticar a problemática de sistemas econômicos nacionais em diversas fases de subdesenvolvimento levou – o a aproximar a análise econômica e o método histórico. O estudo comparativo de problemas similares, no plano abstrato, em variantes condicionadas por situações históricas diversas e em distintos contextos nacionais, induziu-o progressivamente a adotar o enfoque estrutural dos processos econômicos. [...] Evidentemente, é este um ponto de vista de economista de país subdesenvolvido. Não exclui a possibilidade de que o trabalho teórico, atualmente em curso nos países desenvolvidos, de construção de modelos mais e mais completos das estruturas típicas industriais mais avançadas, no quadro institucional da livre empresa, continue contribuindo para precisar conceitos e relações de ampla eficácia explicativa. (FURTADO, 2009, p. 19).

O livro alcançou amplo sucesso de crítica e de público, com duas edições no mesmo ano de lançamento e quatro até 1965; logo foi traduzido para o espanhol (1964), o inglês (1964) e o francês (1966), o que contribuiu para a inserção universitária posterior durante seu exílio. Assim, o retorno ao Brasil, durante a presidência de JK, não o desvinculou de debates da ciência econômica no nível internacional, como poderia acontecer se oferecesse modelos cuja validade seria

restrita às fronteiras brasileiras, mas reforçou sua estratégia de desafio às teorias hegemônicas em escala planetária, e de elaboração de quadro conceitual original e distinto. A imagem de “teórico” promissor contribuiu para sua ação como “ideólogo” de forças nacionalistas que buscavam sua consolidação diante do acirramento dos conflitos localizados da época de “guerra fria”. Francisco de Oliveira, seu braço direito na Sudene, cunhou uma expressão para definir o ímpeto com que retornou para os debates intelectuais e políticos brasileiros desde finais de 1958, e o sentido de missão para com as próximas gerações de brasileiros, até o voo ser interrompido pelo golpe militar de abril 1964: “demiurgo do Brasil” (OLIVEIRA, 1983).

Demiurgo sem tropas, construção interrompida

A publicação de *Formação econômica do Brasil* permitiu a Celso Furtado retomar seus trabalhos anteriores, desde a tese de doutorado na França, passando pelos trabalhos realizados dentro do quadro da Cepal, até os livros editados no Brasil, para explicar a especificidade da industrialização brasileira, que não fora impulsionada por política protecionista assegurada pelo Estado nacional, mas efeito não intencional da política de proteção aos interesses agroexportadores, sobretudo de defesa das elites de cafeicultores de São Paulo. Essa hipótese tinha a vantagem adicional de tentar explicar, de forma plausível, como havia ações do Estado que favoreceram as indústrias nascentes, e a interdependência entre os vários ramos da indústria, sob a clara hegemonia do pensamento de elites conservadoras e adeptas da tese do caráter inelutável da “divisão internacional do trabalho”, que imporia ao Brasil a especialização na produção de alimentos e matérias primas tropicais. Tese que se ajustava perfeitamente aos forçados interesses agroexportadores, que lograram impor, desde o regime de 1930, organismos como o Instituto Brasileiro do Café, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto Brasileiro do Cacau, e outros, que controlavam completamente as decisões de produção e comercialização interna e externa dessas agroindústrias, financiando o *deficit* de tais empreendimentos, sempre que havia evoluções desfavoráveis dos preços internacionais, com recursos do Tesouro Nacional, agravando as fontes de inflação no país. Note-se que tanto Celso Furtado como os demais colaboradores da Cepal sempre tentaram demonstrar que essa via de industrialização era a de maior custo social, e que a industrialização poderia prosseguir deixando falir os empreendimentos agroexportadores sem condições de concorrência no nível internacional e nacional, aproveitando a ocasião para redistribuir o patrimônio fundiário sem aproveitamento agrícola (os “latifúndios improdutivos”), mediante ampla reforma agrária. Havia vias alternativas de crescimento econômico que permitiriam a melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo e da cidade. Por conseguinte, a análise do legado histórico da economia brasileira abria os horizontes para entender a multiplicidade de atores sociais e políticos com interesses conflitantes, bem como a diversidade de caminhos a que o crescimento industrial, e a urbanização que favorecia, poderia estar associado. O retorno de Celso Furtado ao Brasil, em 1958, se deu, assim, como autor de mensagem mobilizadora, fundada em arquitetura conceitual referendada por um

dos mais importantes centros do pensamento econômico - Cambridge, Grã Bretanha -, herdeiros de Keynes, numa época em que tinham hegemonia mesmo entre os economistas norte-americanos; bem antes, portanto, da revolução conservadora e neoliberal promovida pelos mentores dos “Chicago Boys” (DEZALAY; GARTH, 2002). Note-se também que seu retorno contou com o apoio do grupo de economistas polarizado pela FGV do Rio de Janeiro, pois a nomeação de Lucas Lopes para ministro da fazenda de Juscelino elevou Roberto Campos à condição de presidente do BNDE, entrando Celso Furtado como diretor de desenvolvimento regional. Celso Furtado se situou em ponto mediano entre os neoclássicos da FGV, por um lado, e os marxistas da assessoria econômica de Vargas, por outro.

De fato, o que tornam claro as memórias editadas no livro *Fantasia Desfeita*, organizadas como tomo II do *Fantasia Organizada*, é que as responsabilidades assumidas por Celso Furtado para promover a industrialização de sua região natal – o Nordeste – implicaram o uso de sua notoriedade internacional e de seus contatos políticos na mais alta esfera do Estado brasileiro para se impor na arena regional. Sua imagem – fotos, gravuras, filmes – e seu sotaque nordestino inofismável pareciam sugerir que sua liderança se impusera naturalmente, pelo seu brilhantismo, desde a cena local e regional até chegar aos mais altos escalões da política nacional e internacional. Mas foi exatamente o inverso que ocorreu, o que explica também que foi na condição de adversário declarado das elites agrárias e conservadoras nordestinas, as mais tradicionais em um país colonizado a partir do século XVI, que instituiu a agência federal para dinamizar e promover melhorias econômicas e sociais capazes de reverter o declínio secular da região e sua integração no esforço nacional de industrialização. Essa inovação institucional se inscreveu, sem dúvida, na tentativa havida no período de 1959-1964 de renovação das lideranças nordestinas; em abril de 1964, quando tropas do Exército depuseram o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, em Recife, Furtado estava ao seu lado: o relato apresentado nessa “Fantasia 2” é simbólico de como foi abortada uma ação coletiva de resultados até então encorajadores. Retrospectivamente, ele assinala como as disparidades regionais, acrescidas da evolução concentrada no centro-sul, estavam provocando tensões fortes, e que esperava contribuir para a “renovação dos quadros políticos”:

A alarmante decadência do Nordeste, em mãos de uma velha classe de políticos predatórios, numa fase de forte crescimento do Centro – Sul, como eram os anos 50, induzia a pensar que o país, como um sonâmbulo caminhava para o despenhadeiro. [...] O presente livro recolhe um testemunho em torno do considerável esforço realizado, com a chamada Operação Nordeste, para mudar o rumo da história da região. Esse esforço se inseria em amplo processo de mudança social, todo ele orientado para recuperar o atraso político e abrir espaço a fim de que parcelas crescentes da população regional assimilassem na plenitude os direitos de cidadania. Verdadeiras mudanças não poderiam vir senão da renovação dos quadros políticos, com o aumento de sua representatividade e a rejeição, para um desvão da história, das velhas oligarquias. (FURTADO, 1989, p. 11).

Cabe considerar que o voluntarismo do Plano de Metas de Juscelino Kubistchek provocou, indubitavelmente, crescimento econômico, mas associado à meta de construir Brasília a partir do nada, não prevista pelos economistas do BNDE, para inaugurá-la antes do fim de seu mandato presidencial, os investimentos públicos provocaram uma aceleração da inflação e o aumento da dívida externa. Em 1958, as críticas à política econômica de JK aumentaram e o Fundo Monetário Internacional (FMI) pressionou para que se reduzisse a velocidade das obras públicas e fosse dada prioridade ao combate inflacionário. Internamente, as críticas de adversários políticos aumentavam, porque 1957 havia conhecido forte seca na região Nordeste – fato que tinha ainda maior repercussão porque o adversário mais expressivo de JK nas eleições presidenciais, após a morte traumática de Vargas, fora Juarez Távora, justamente originário de família do sertão do Ceará. Desde 1954, implantaram-se em Pernambuco as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião, reivindicando direitos sociais para o campesinato e propugnando a reforma agrária, em quebra frontal do monopólio da representação política em mãos de grandes senhores de terra. Mesmo a Igreja Católica, sobretudo com a chegada de Dom Helder Câmara a Recife, chamava atenção para a pobreza na região e a ameaça potencial que isto representava. Celso Furtado relata em suas memórias que foi neste quadro de crise política que Juscelino convidou ao palácio vários atores da arena política, como o citado D. Helder, chamando também o novo diretor do BNDE, para se refletir sobre o combate às disparidades regionais. Furtado aproveitou essa ocasião para uma crítica em regra dos modos de intervenção do Estado federal na região Nordeste e para validar os resultados dos estudos feitos recentemente por sua equipe no BNDE.

O economista evidenciou que, valendo-se da política de combate às secas desde o governo de Epitácio Pessoa, retomada em maior amplitude com a criação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) em 1932, justamente por políticos de sua Paraíba natal, o governo federal nada mais fez do que subsidiar a retenção de camponeses explorados violentamente por grandes proprietários de terra, alimentando-os e atribuindo pagamentos irrisórios, e realizando obras de construção de açudes e de estradas que valorizavam as terras dos grandes proprietários, uma vez a seca terminada. Assim desvelava o paradoxo: quem mais vocalizava a miséria da região eram elites que mais se aproveitavam das modalidades de combate às crises cíclicas. Em reportagens posteriores de Antônio Callado, para viabilizar o voto na Sudene, tais elites seriam mesmo alcunhadas de “industriais da seca”. Mostrava ainda que as águas retidas em barragens e açudes não beneficiavam a produção de alimentos em roçados e sítios de camponeses, mas ficavam esterilizadas por fazendas de pecuária ao seu redor. Caso o governo quisesse impedir o caráter cíclico das crises deveria concentrar seus esforços no estímulo à produção de alimentos, o que significava privilegiar as explorações de camponeses e médios proprietários, nunca os fazendeiros. Por outro lado, o verdadeiro remédio para conter a emigração, que acompanhava a constatação de salários mais elevados na indústria do centro-sul, era promover a industrialização no Nordeste, assegurando mercado para produtores de bens alimentares e maiores índices de produtividade na ocupação de mão de obra. Celso Furtado aplicava, assim, à sua região natal os

programas de desenvolvimento promovidos pela ONU em escala planetária; e ao mesmo tempo contribuía para deslegitimar o poder político das elites agrárias tradicionais, fazendo ver que a seca era menos uma fatalidade imposta pela natureza, como o imaginário nacional assimilara desde *Os Sertões* de Euclides da Cunha, mas processos sociais que impediam a produção de alimentos por camponeses em maior escala, em que as modalidades de ação do Estado no momento de crise aguda contribuía para agravar o problema em crise futura. Na verdade, poucos teóricos contribuía tanto para a visualização precisa dos modos de perpetuação de elites decadentes, que apelavam à solidariedade extrarregional com “dramas dos irmãos atingidos pela fatalidade da natureza”, quanto Celso Furtado, que havia descrito em detalhes, em *Formação*, como também os cafeicultores, senhores de engenho e usineiros do açúcar faziam constantes apelos à “socialização das perdas” e à “privatização dos benefícios”.

A intervenção oral de Furtado convenceu os demais participantes da reunião sobre os instrumentos para enfrentar a crise do Nordeste e, sobretudo, o Presidente da República, indicando que era preciso criar um novo programa, denominado de “Operação Nordeste”. JK chegou mesmo a prometer, nessa ocasião, que este programa teria a mesma prioridade que a construção de Brasília, já que poderia associar a modernidade simbolizada pela nova capital à reversão do declínio do polo atrasado do desenvolvimento brasileiro. O presidente mineiro, que lançara Brasília para desanuviar os conflitos entre estados federados, de longa data acostumados com o Rio de Janeiro como capital, à imagem do que Minas Gerais fizera em fins do XIX ao abandonar a centralidade de Ouro Preto, ao construir Belo Horizonte, via agora sua ação poder se implantar no polo regional mais hostil ao seu governo: o Nordeste.

A criação da Sudene, em 1959, foi obra de engenharia política tão específica que o próprio Furtado classifica tal feito como “reforma constitucional”. Segundo a análise que reproduz em suas memórias, o sistema federativo operava nos anos 1950 da seguinte maneira: afora o Presidente da República, as figuras mais importantes eram os governadores dos estados, que negociavam com a presidência diretamente os créditos e os investimentos que poderiam beneficiar os territórios de cada estado. Não era à toa que a eleição decisiva no nível local era a de governador do estado, que influía diretamente em todas as demais disputas para órgãos legislativos. Entre o nível federal e o de cada estado da federação, nenhuma mediação. Exatamente nesse plano é que a Sudene constituiu uma invenção política: Furtado previu um conselho deliberativo da Sudene como seu órgão de maior poder, onde tinham assento todos os governadores dos estados, assim como os bancos públicos e as empresas federais com atividades locais. Criou-se, assim, uma instância de poder propriamente regional, obrigando a que governadores de diferentes partidos políticos negociassem entre si, adotassem uma retórica comum em bases regionais e explicitassem interesses coletivos para reverter as desigualdades constatáveis em escala nacional. Note-se, porém, que essa articulação em bases regionais propiciava de fato um aumento do poder centralizado nas mãos do Presidente da República, pois o número de representantes nomeados diretamente no nível federal, para além do superintendente, era majoritário nesse conselho.

A nova política regional foi anunciada em maio de 1959, mas o voto de criação dessa agência federal ocorreu apenas em dezembro daquele ano. Suas memórias registram que a principal oposição a este órgão, que não ousava proclamá-lo abertamente, era composta pelas elites políticas nordestinas; o voto majoritário pela criação da Sudene veio de parlamentares do Centro-Sul, não do Nordeste. Por sinal, o trabalho político de criação de um arco de forças que apoiassem a existência desse novo órgão não se limitou aos debates locais ou regionais. Em seu início, Furtado chegou a contar com o apoio da administração Kennedy, que o percebia como um reformista que introduzia mudança social por meios pacíficos, representando a melhor garantia de que uma revolução de inspiração comunista não viesse a prosperar. Bob Kennedy, irmão do Presidente, chegou a visitar Pernambuco, sendo conduzido por Celso Furtado à sede da primeira Liga Camponesa, no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão. A United States Agency for International Development (Usaid) apoiou as primeiras ações conduzidas por essa agência, mudando radicalmente seu proceder com o fracasso da invasão da Baía dos Porcos em Cuba, visando derrubar Fidel Castro. Como a *Fantasia Desfeita* assinala, a lógica da guerra fria passou a impor a velha estratégia binária dos poderes imperiais: ‘quem não está comigo, está contra mim’. Como Furtado aprendera na Cepal, a construção institucional dependia tanto de apresentar projetos inovadores para remover os obstáculos ao crescimento econômico e à distribuição de seus frutos quanto de preservar bases de sustentação propriamente políticas, que inibissem as manobras de adversários de diferentes matizes. A nova agência funcionou diante de um equilíbrio de forças bastante instável, as pressões para retomar seu controle por parte dos políticos tradicionais sendo tanto mais fortes quanto mais ela era tida como órgão dotado de meta-poder sobre todas as demais agências federais existentes na região, chegando de fato a exercer uma hegemonia incontestável na coordenação dos investimentos de maior porte e mais decisivos para o futuro regional.

Fato é que três presidentes tão diferentes como Juscelino, Jânio Quadros e João Goulart confirmaram Celso Furtado no posto de superintendente e elogiaram sua ação, contribuindo para sua reputação de ‘técnico’ competente e de servidor público com visão de estadista, de honestidade a toda prova. Constata-se assim que a fragilidade de não dispor de vínculos fortes com forças políticas locais, de depender apenas de suas competências e das que conseguia mobilizar no nível extrarregional ou local, de fazer valer sua capacidade de servidor da causa nordestina para reverter o declínio e combater a miséria, acabou por reforçar a imagem de Furtado como promotor da modernização do Nordeste. Chamado a colaborar com o governo federal de Jango para vencer a inflação, elaborou o primeiro plano havido no Brasil, o Plano Trienal, sem nunca ter abandonado o cargo de superintendente da Sudene. Assim, o “Demiurgo do Brasil”, que apostava na generalização dos efeitos benéficos da industrialização recente, pareceu emergir, nos anos 1960, da arena nordestina como grande reformista. Sua permanência em cargos da mais alta administração dependeu da confiança que gozava entre as diferentes facções que disputavam o poder nacional (o PSD de Juscelino, a UDN de Jânio e o PTB de Jango), reforçando a imagem de “técnico” acima dos partidos, inteiramente voltado para construção de Estado moderno e legítimo. Relata ainda que muitos dos políticos nordestinos que

gostariam de vê-lo afastado de suas funções só não o fizeram porque temiam perder o acesso à drenagem de recursos federais, que a imagem da Sudene assegurava. Na primeira metade dos anos 1960, nas representações de líderes os mais diversos, sem o livre movimento do “Demiurgo”, toda a tentativa de reversão do declínio do Nordeste poderia perigar. A postura de reformista às claras parece depender diretamente da ambivalência de seus dotes sociais e intelectuais, assim como das mudanças propostas para os usos do Estado nos modos de promover o crescimento econômico. Sua “liberdade de movimentos” não deixa de ser tributária dos impasses enfrentados pelo modo de dominação tradicional, particularmente no mundo rural.

Um dos aspectos dentre os mais interessantes da ação política de Celso Furtado foi certamente seu exame da importância da “questão agrária” e da relevância do nascimento do movimento camponês para a democratização da vida pública no Brasil. Os escritos dos anos 1960, particularmente a *Pré-revolução brasileira* e *Dialética do desenvolvimento*, redigidos diante de crises agudas e sucessivas, analisam em detalhes as formas de poder no meio rural e os motivos que provocaram as primeiras mobilizações camponesas. Foram as bases mesmo do poder de seus principais adversários regionais submetidas a estudo fino e meticuloso, desvelando aspectos cruciais dos modos de dominação dos camponeses por elites agrárias tradicionais (sobretudo os “dons” dos patrões de moradia e acesso a lote de subsistência retribuídos com dívida moral de gratidão). Mas há, nesse momento, uma dualidade nas formas de ação de Furtado: como político, investido de mandato da Presidência da República, vê que não poderia promover diretamente medidas de reforma agrária, bloqueada por dispositivo constitucional exigindo que toda desapropriação fosse paga em dinheiro ao valor de mercado. Qualquer ação maciça de reforma agrária aumentaria ainda mais o *deficit* público e a inflação. Como intelectual, sabia ser a redistribuição do patrimônio fundiário um meio poderoso de intensificar o uso da terra e a produtividade da força de trabalho, e meio indispensável para promover a cidadania. A concentração no esforço industrialista foi, assim, uma escolha estratégica, para aumentar o reconhecimento das forças modernizadoras, para poder adiante atacar de frente a redistribuição do patrimônio fundiário. Em seu depoimento, reafirma o princípio que norteou sua decisão de evitar o confronto direto com as elites agrárias:

Sentia que contava com o apoio entusiasta do Presidente, cujo mandato terminaria em pouco mais de um ano. Por que não aproveitar as circunstâncias e tentar uma vitória maior, capaz de criar uma situação irreversível? Falávamos muito de industrialização mas eu sabia que as dificuldades maiores tinham que ver com a agricultura, nó górdio do intrincado problema do subdesenvolvimento regional. Se me fosse dado escolher, começaria por contestar a utilização das terras úmidas do açúcar do litoral, secularmente monopolizadas pelos latifundiários do açúcar. Bastaria que uma parte dessas terras fosse dedicada à produção de alimentos, e teríamos uma melhor base para projetar atividades criadoras de empregos urbanos. Mas a Constituição vigente fechava todos os canais de acesso a um começo de reforma agrária. (FURTADO, 1989, p. 62).

Assim, toda a programação da Sudene para a pequena agricultura de alimentos se baseou em deslocar famílias camponesas para os vales úmidos do Maranhão, começando o ciclo de migrações em larga escala do que seria posteriormente a ocupação da Amazônia. Os governos militares dos anos 1970, ao terem de enfrentar outra crise social com a seca, promoveram em grande escala a ocupação da Amazônia, iniciando a construção da estrada Transamazônica. Celso Furtado, porém, apresentava essa política tímida para o campo, de deslocamento do campesinato dependente para a fronteira agrícola, como provisória, mostrando acompanhar as evoluções do movimento camponês em todas as suas vertentes, descrevendo não apenas as mobilizações das Ligas, mas também o aparecimento das correntes comunistas e católicas no sindicalismo rural, e o enorme impacto representado pela extensão dos direitos trabalhistas ao campo com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em fevereiro de 1963. De fato, pela meticulosidade com que enfrenta o estudo das transformações sociais no campo em *Dialética do Desenvolvimento*, livro redigido em 1963, mas só publicado após o golpe, vê-se que se limitou a acompanhar os percalços das mobilizações camponesas, mas tão de perto e difundindo suas vitórias que instaurava, desse modo, uma forma de divisão do trabalho político entre as forças modernizadoras: uns se ocupando da indústria e da infraestrutura regional, outros de fazerem valer os protestos de camponeses explorados e coagidos no cotidiano. Na *Pré-revolução*, redigida antes do voto do Estatuto do Trabalhador Rural⁶, apontava justamente para a diferença com que eram tratados os trabalhadores urbanos diante do que ocorria com os camponeses, e designava as lideranças políticas que poderiam crescer com o protesto social:

Consideremos agora de frente o problema brasileiro. [...] é que a nossa sociedade é aberta para a classe operária mas não para a camponesa. [...] A situação dos camponeses é totalmente diversa. Não possuindo qualquer direito, não podem ter reivindicações legais. Se se organizam, infere-se que o fazem com fins subversivos. A conclusão necessária que temos que tirar é que a sociedade brasileira é rígida em um grande segmento: aquele formado pelo setor rural. E com respeito a este segmento é válida a tese de que as técnicas revolucionárias marxistas-leninistas são eficazes. (FURTADO, 1962, p. 28).

Note-se que este texto foi acolhido e editado em inglês pela revista do Departamento de Estado norte-americano *Foreign Affairs*, o que mostra bem como eram convergentes os esforços promovidos pelo reformismo americano antes da virada relacionada ao tratamento da revolução cubana. Assim é que nos anos 1962-64 esses textos foram associados – e fizeram parte do repertório – aos esforços de reagrupamento de forças nacionalistas, definido um programa de reformas de base e uma fundamentação teórica, onde Celso Furtado desempenhou papel de primeiro

⁶ Estudo detalhado sobre os debates parlamentares entre 1946 e 1964, com a cronologia dos votos sobre os direitos trabalhistas e sobre a regulação da reforma agrária, e de todos os contratos de arrendamento e parceria, foi feito por Aspásia Camargo (1973), tendo por colaborador Mario Grynszpan.

plano. No mesmo período, oficiais militares de alta patente e ligados à Escola Superior de Guerra, como Golbery do Couto e Silva, intelectuais conservadores, como os economistas presentes na Consultec do Rio de Janeiro, inclusive Mário Henrique Simonsen, representantes de bancos, indústria e particularmente das elites agrárias, vão se preparar para desfechar um golpe de Estado (DREYFUSS, 1981). Em março- abril de 1964, Furtado residia em Recife como superintendente que era da Sudene. Decidiu então ir para o Palácio onde estava o governador Miguel Arraes, diante do anúncio de golpe, para verificar o que havia a fazer para preservar a ordem democrática. Ali permaneceu até a prisão do governador, testemunha que foi tanto do cerco ao palácio, das tentativas de negociação e da medida de força final. Dada sua condição de antigo oficial, de uma das poucas guerras efetivas de que participou o Exército brasileiro, ficou surpreso ao saber que seus direitos políticos haviam sido cassados. Parte então para o exílio no Chile.

Ao retomar o caminho dos “ares do mundo” na Cepal, em Santiago do Chile, sua primeira missão foi organizar seminário de crítica aos primeiros textos da Cepal nos anos 1950, juntamente com Fernando Henrique Cardoso, também exilado. Desse seminário em comum saíram os textos que tanto sucesso fizeram como “teoria da dependência”. No Chile, Furtado iniciaria sua carreira de “*scholar*” internacional; dali seguiria para Universidade de Yale, nos Estados Unidos, e posteriormente para Paris, onde foi professor nas Universidades Paris 1 e Paris 3. Esta fase é relatada em *Ares do mundo*, “memórias” a serem estudadas em artigo posterior a esse. Os contatos sociais no meio universitário francês, instituição que vai conhecer um profundo abalo e transformações de monta após maio de 1968, bem como os debates europeus desde então, modificaram substancialmente as bases onde se desenvolvera sua carreira profissional e sua projeção política até essa época. Não creio que esse período possa ser analisado tão somente como interregno, até seu retorno ao alto escalão da República brasileira com o fim do regime militar. O aprofundamento do estudo do terceiro volume da trilogia, que funda sua obra autobiográfica, deverá servir de revelador do afastamento da teoria macroeconômica keynesiana da posição hegemônica, que ocupara em escala internacional desde o final da Segunda Guerra, incontestemente nos anos 1950-70, e da progressiva conversão dos polos dominantes do campo dos economistas ao evangelho neoliberal de instituição de mercados interdependentes, em nível planetário, como maneira única de promover o desenvolvimento (DEZALAY; GARTH, 2002). Sua obra intelectual a partir de 1965-66 tanto buscou explicitar os modos de funcionamento de empresas multinacionais, e como minavam os centros de poder constituídos pelos Estados nacionais, quanto melhor explicitar os modos de funcionamento da hegemonia internacional da potência norte-americana, e, sobretudo, quais as alternativas aos modelos de acumulação autoritária, com o sacrifício das classes populares, promovidos pelos militares brasileiros nos “anos do milagre”. Por isso mesmo deixaremos para um trabalho posterior o estudo das memórias do período 1964-1985; a proximidade inicial em 64, e a distância claramente formulada de parte à parte, entre seu percurso intelectual e político e o de Fernando Henrique Cardoso (GARCIA JR., 2011), constituem motivos adicionais a aconselhar uma análise detida em outra oportunidade.

Conhecimentos internacionais e reconversão através do investimento no Estado

Creio ao menos haver demonstrado que o estudo da “obra autobiográfica de Celso Furtado” é um desses casos “bons para pensar”, retomando a expressão de Lévi-Strauss, em como o acesso ao conhecimento de ponta e às redes internacionais por ele responsáveis, por parte de jovens brasileiros, pode os dotar de recursos sociais e intelectuais para tentar promover mudanças substantivas, tanto de instituições de suas regiões de origem quanto do arsenal cognitivo correntemente usado para pensar as coisas mais corriqueiras e quotidianas de seus países. Em síntese, a falta de capital fundiário, ou de capital político, em sua região de origem foi mais do que compensada pelos investimentos intelectuais de Celso Furtado em nível internacional, dotando-o de nomeada, permitindo demonstrar como o Estado nacional estava vinculado a orientações políticas de preservação de elites agrárias decadentes, e esboçar outras vias de desenvolvimento baseadas na industrialização e na afirmação da cidadania de trabalhadores rurais descendentes de escravos.

Sua trajetória individual pode servir de exemplo antes de seu tempo da hipótese central da pesquisa sobre “mobilidade de universitários e circulação internacional de ideias” (CANÊDO, TOMIZAKI, GARCIA JR., 2013; GARCIA JR., MUÑOZ, 2009; CANÊDO, MUÑOZ, 2005), qual seja, como os estudos doutorais afinados com centros de excelência internacional permitiram a detentores de novos títulos e competências mobilizá-los para provocar inovações institucionais, forçando a recomposição de círculos dirigentes, e renovar as formas de pensar o futuro da coletividade. A “construção interrompida”, de que falou Celso Furtado, talvez não seja a da nacionalidade, ou ‘do Brasil’, mas de caminhos para reforçar centros de decisão em bases nacionais, com a incorporação de outros personagens sociais como industriais e trabalhadores urbanos e rurais. Seu “Brasil” implicava alargar os círculos dirigentes e considerar interesses de grupos sociais postos à margem do desenvolvimento. Certamente, impôs-se pela força militar, em 1964, um caminho de transformações que permitiu reproduzir a posição e o poder dos grupos mais tradicionais das elites brasileiras, assentado no monopólio de decisões de Estado por oficiais militares e círculos de economistas e engenheiros, caminho sustentado pelas frações da elite no poder em Washington e por outras potências ocidentais (DREYFUSS, 1981). Examinaremos em outra oportunidade a atividade crítica de Celso Furtado quando de sua carreira universitária nos EUA e na Europa (1964-1985).

Cabe assinalar que a redefinição do Estado brasileiro em jogo no período 1946- 64 ampliava o leque de reconversões possíveis para descendentes de antigas elites agrárias, ou de burocracia tradicional, ameaçadas de declínio, sendo este também o caso de Celso Furtado. O Estado pelo qual se batem novas lideranças, identificadas como “desenvolvimentistas”, se declina em lógica meritocrática, com peso de diplomas superiores e de competências permitindo enfrentar desafios e debates internacionais; sua defesa implica combate ao Estado patrimonial, ou clientelista, mais ao gosto de elites econômicas e políticas tradicionais. A acumulação

de conhecimentos e habilidades especializadas através de estudos doutorais e pós-doutorais em centros de excelência internacional se impôs como exigência crescente, reforçada sobretudo no recrutamento para postos de decisão nas áreas econômicas e financeiras. Biderman, Cosac e Rego, os organizadores do livro *Conversa com economistas brasileiros* (1996), ressaltam que a falta de doutoramento na Europa ou nos EUA não atrapalhou as carreiras de Eugênio Gudín, de Octávio Gouveia de Bulhões, ou mesmo de Mário Henrique Simonsen na geração seguinte, todos provindos de estirpes abastadas do Rio de Janeiro e expoentes do pensamento neoclássico, guindados à condição de ministros da Fazenda em momentos diversos; mas, duas gerações mais tarde, em princípios dos anos 1970, ser ministro ou autoridade monetária ou fiscal esteve diretamente vinculado à posse de título obtido em universidade norte-americana de prestígio (ver ainda LOUREIRO, 1997). No livro citado acima, os organizadores afirmam o que se segue:

Na década de 70 aprofunda - se a tendência, presente desde a época anterior, de as universidades representarem uma via privilegiada de acesso aos principais cargos de governo. E só a partir dos anos 70 que indivíduos de classe alta passam a frequentar as escolas de Economia, considerada até então uma disciplina “menor”. O acesso a altos postos governamentais privilegiou os pós-graduados em Economia aqui ou no exterior. Como quem determinava em última instância quem ia para o exterior eram os centros de pós-graduação, estas instituições passaram a deter o monopólio na formação dos dirigentes econômicos do país. (BIDERMAN, COSAC; REGO, 1996, p. 23).

A trajetória intelectual de Celso Furtado antecipou o atendimento a uma exigência feita a qualquer pretendente prevalecendo-se do título de economista, que se imporia com o tempo; essa ligeira vantagem em relação a seus primeiros patronos, apenas partilhada com Roberto Campos, que seguiu carreira diplomática e fez estudos doutorais em Columbia, não sancionados por tese, parece ter contado ao não se intimidar diante das virulentas polêmicas a que foi submetido. A recepção imediata de seus livros como *Formação Econômica do Brasil e Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* parece referendar a ideia da hegemonia intelectual que alcançou no período 1959-64. As mudanças do espaço político afetaram ainda sua relação com o público letrado, passando a ser considerado pensador em oposição ao regime militar; a hegemonia neoclássica precoce na América Latina, conquistada nos anos 1970 e bem antes da queda do muro de Berlim, também foi fruto do afastamento compulsório dos economistas cepalinos e dos marxistas do espaço público, provocando uma heteronomia clara do ‘campo dos economistas’, que conquistara certo grau de autonomização entre os anos de 1950-64. Mas, como observou Maria Rita Loureiro (2005), diferentemente da Argentina e do Chile, no Brasil os cepalinos e os marxistas não desapareceram dos debates públicos; tiveram sua força diminuída por restrições políticas, mas não sumiram do panorama.

Ponto ainda mais interessante é verificar que a hipótese examinada pela pesquisa sobre a mobilidade internacional de universitários, concentrada no exame das gerações que se formaram a partir do final dos anos 1960, atualiza, em certo

sentido, a hipótese central demonstrada por Sérgio Miceli para as transformações dos laços entre os intelectuais e o poder político nos anos de 1920-45, a saber: a reconstrução do Estado brasileiro em bases propriamente nacionais permite a criação em larga escala de cargos públicos atendendo à necessidade de reconversão de oligarquias agrárias ou de burocracia tradicional ameaçadas de declínio, ou mesmo de desclassificação social. Já no período estudado por Miceli, este autor observa o seguinte:

[...] a cooptação de novas categorias de intelectuais continua dependente do capital de relações sociais mas passa cada vez mais a sofrer a mediação de trunfos escolares e culturais, cujo peso é tanto maior quanto mais se acentua a concorrência no interior do campo intelectual. (MICELI, 2001, p. 79).

Essa concorrência acirrada, com a progressiva ampliação dos contingentes de estudantes universitários a partir dos anos 1950, vai conhecer novo patamar com a ‘reforma universitária’ provocada pela instalação de cursos de pós-graduação, a partir de 1968, e o requisito de diplomas pós-graduados com padrões próximos dos centros de excelência internacional para seleção de docentes. A própria revalorização dos estudos em economia, que passam a atrair a “juventude dourada” interessada em passaportes de prestígio para ingresso em círculos dirigentes, como foi acima ressaltado, inscreve-se entre os frutos das novas hierarquias promovidas pela pós-graduação articulada com centros de excelência internacionais. Os investimentos intelectuais de Celso Furtado o dotaram de recursos, facilitando o acesso a novos postos da burocracia internacional como a Cepal, e novos investimentos intelectuais e políticos o projetaram para os embates mais decisivos dos anos 1950-60. Seu itinerário, e o depoimento sobre seu itinerário, constituem, por conseguinte, excelentes reveladores dos conflitos e das recomposições dos círculos dirigentes no Brasil nesse período, e também da notoriedade crescente da condição de economista entre os dirigentes do Estado, fazendo ruir a hegemonia incontestada dos juristas até esta época (DEZALAY; GARTH, 2002).

Mas não deixa de ser significativa sua forma de assinalar sua condenação ao ostracismo. A citação erudita de Erasmo de Rotterdam, que abre o volume de *Fantasia Desfeita*, testemunha o sentimento de Celso Furtado de que os “ares do mundo” o haviam dotado de categorias de percepção permitindo explicar em melhores condições os modos de funcionamento das formações sociais, mas “os prisioneiros encarcerados na caverna” de Platão preferiram o mundo das sombras. O exílio por mais de duas décadas teria sido o preço a pagar por esclarecer as vias alternativas do futuro da coletividade nacional:

Recordemos a ficção platônica dos prisioneiros encarcerados na caverna, de onde não vêem mais do que a sombra das coisas. Um deles, que lograra escapar, retornou ao antro e revelou aos companheiros que havia visto os objetos reais e quanto era errôneo imaginar que fora das sombras nada existia no mundo. Riram de seu delírio e o expulsaram. (Erasmo de Rotterdam, *Elogio da Loucura*, apud FURTADO, 1989, p. 8).

Durante o exílio, sua vida profissional em nada dependerá de organismos relacionados à ONU, como na fase precedente ou no itinerário de Raúl Prebisch (DOSMAN, 2011), mas será marcada por sua inscrição propriamente universitária em estabelecimentos norte-americanos e europeus, em particular em centros de pós-graduação de notoriedade comprovada. Acompanhará mais uma vez a tendência dos investimentos escolares de grupos pretendentes a círculos dirigentes, recebendo ele mesmo, muitas vezes, contingentes de estudantes brasileiros, mas seu perfil universitário reforçará a imagem de pensador desvinculado de cargos de poder. Todavia, o contexto europeu em que se inseriu difere, e muito, do vivenciado em Santiago do Chile como funcionário da ONU, abrindo novas oportunidades, mas impondo novos condicionantes. Seu percurso desde então é revelador tanto dos debates econômicos e políticos no Brasil como das recomposições da cena europeia e internacional implicando a hegemonia absoluta do credo neoliberal a partir dos anos 1990 em nova ameaça de ostracismo intelectual e político – artigo que será objeto de estudo complementar ao aqui apresentado.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. Recife: Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 1998.
- ALONSO, Ângela. **Joaquim Nabuco: os salões e as ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BIELSHOWSKI, Ricardo. **O Brasil e o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1995.
- _____. **A evolução do pensamento da CEPAL (1948 – 2008)**. Brasília: Funagri/Ipri, 2009.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis; REGO, José. **Conversa com economistas brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'État**. Paris: Minuit, 1989.
- BREIT, William; SPENCER, Roger. **Lives of the Laureates: Thirteen Nobel Economists**. Boston: MIT Press, 1997.
- CAMARGO, Aspásia. **Crise de poder e reformas de base**. Rio de Janeiro: FGV/RJ, 1979.
- CANÊDO, Letícia; MUÑOZ, Marie Claude. Le Brésil et le marché mondial de la coopération scientifique. **Cahiers du Brésil Contemporain**, n. 57/58 - 59/60, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2004-2005.
- CANÊDO, Letícia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA JR., Afrânio. **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 2013.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Lammaert, 1902.
- DEZALAY, Yves; GARTH, Bryan. **La mondialisation des guerres de palais**. Paris: Editions du Seuil, 2002.
- DOSMAN, Edgar. **Raul Prebisch (1901 – 1986): a construção da América Latina e do Terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- DREYFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- FURTADO, Celso. **L'économie coloniale e brésilienne**. 1948. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, 1948.
- _____. **A economia brasileira**. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- _____. **Uma economia dependente**. Rio de Janeiro: MEC, 1956.

- _____. **Perspectivas da economia brasileira**, Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- _____. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.
- _____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959a.
- _____. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Iseb, 1959b.
- _____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. **A pré-evolução brasileira**, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. **Fantasia organizada**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. **Fantasia desfeita**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. **Os ares do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. **Obra autobiográfica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3 vol.
- FREIRE D'AGUIAR FURTADO, Rosa. Apresentação. In: FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento/ Contraponto, 2009.
- GARCIA JR, Afrânio. A globalização subdesenvolvida: Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e a formação de uma escola de pensamento latino-americana. **Antropolítica**, Niterói, n. 26, p. 127-159, out. 2011.
- GARCIA Jr, Afrânio; MUNOZ, Marie Claude (orgs.). Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs. **Revue internationale de sciences sociales**, Paris, Hors Série n. 2: Mobilité universitaire et circulation internationale des idées. Le Brésil et la mondialisation des savoirs, juin 2009.
- KLAMER, Arjo. **Conversations with Economists**. Totowa, New Jersey: Rowen & Allenheid, 1983.
- LEVINE, Robert. **A velha usina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LOUREIRO, Maria Rita. **Economistas no Governo**. São Paulo: FGV, 1997.
- LOVE, Joseph. **Crafting the third world: theorizing under development in Rumania and in Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NACIONES UNIDAS. Secretaria de la Comision Economica para a America Latina. **Estudio económico de America Latina 1949**. Prologo do Secretario Geral da ONU Trygve Lie seguido de “carta de transmission” de Raul Prebisch datada de Santiago de Chile novembro de 1950. Nova York: Naciones Unidas, 1951.
- OLIVEIRA, Francisco de. A navegação venturosa. In: OLIVEIRA, Francisco de (org.). **Celso Furtado: economia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-30.
- PREBISCH, Raul. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- SABOIA, Anita Clemens. Catalogue général de thèses sur le Brésil. **Cahiers du Brésil Contemporain**, Hors – série, Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 2000.
- SILVA, Roberto Pereira. **O jovem Celso Furtado**, São Paulo: Edusc, 2011.